

NEGOCIANTES E TROPEIROS EM UM TERRITÓRIO DE CONTRASTES O SETOR COMERCIAL DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

Marcelo Magalhães Godoy¹
Mario Marcos Sampaio Rodarte²
Clotilde Andrade Paiva³

Logo antes de escurecer, sugeri que saíssemos para inspecionar o que a venda ali perto tinha a oferecer. O proprietário (um português gordo do tipo Sancho Pança) recebeu-nos jovialmente, tomou nossas mãos carinhosamente em suas patas grandes, macias e gordurosas e disse-nos que os ingleses eram “homens e muito bons homens”. Depois de examinar os estoques limitados de suas odoríferas mercadorias, avistamos algumas garrafas de gargalo longo em uma prateleira afastada. Inquirindo o que eram elas, ele disse que continham vinho, mas não sabia dizer de que qualidade; já as havia encontrado lá quando tomara posse da venda de um defunto ‘compadre’, mas elas não tinham rótulos e estavam “muito sujas” e ninguém queria comprá-las; ele não achava que eram próprias para “cavalheiros”. Trazendo-as para baixo, descobrimos que eram garrafas de vinho Burgundy, espessamente revestidas de sujeira e teias de aranha; os rótulos tinham sido há muito devorados pelas baratas. Abrimos a garrafa: resultado, um buquê e sabor de primeira. Chambertin, por tudo o que é sagrado! “Quanto é?” “Oh! O que quiserem, digamos um mil-réis” (dois xelins). Desnecessário dizer que compramos o lote todo. Não é de modo algum infreqüente encontrarem-se finos vinhos raros em uma venda perdida à beira da estrada; como foram dar lá é um mistério, mas a aquisição, como descobríamos com alegria, era um fato (Wells, 1995: vol.1, 79).

A longevidade do debate sobre a natureza da formação econômica da província de Minas Gerais é índice da complexidade do processo de transição da forma de organização da economia do ouro até a constituição de uma outra estrutura produtiva no Oitocentos. A contenda principal gravita em torno do caráter dessa estrutura produtiva e os padrões de funcionamento do comércio interno e externo⁴. Em assim sendo, no setor mercantil está a chave para o deslindamento desse debate historiográfico. Não que se queira acreditar na possibilidade do estabelecimento de consenso definitivo e absoluto, tarefa inalcançável em matéria de conhecimento histórico. Mas sim, na desejável consolidação de sólidos e empiricamente bem sustentados caminhos interpretativos, passaportes para a superação de quadro excessivamente movediço.

O presente estudo intenta incorporar subsídios que possam colaborar para a reversão desse quadro de incertezas. Trata-se apenas de primeiro passo, momento em que se

¹ Doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

² Mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

³ Doutora em História pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

⁴ São três, fundamentalmente, os modelos de explicação da economia mineira oitocentista (Martins, 1982; Slenes, 1985; Paiva, 1996). Os autores desse artigo estão alinhados com a terceira proposição.

reconhece o terreno, lançamento de bases sobre as quais a ampliação da compreensão do setor mercantil mineiro poderá encontrar alguma sustentação. A relevância da formação dessas bases está relacionada com a exigüidade do que se conhece da estrutura e dinâmica do comércio mineiro provincial⁵, principalmente se considerados os progressos alcançados para o Setecentos. Se não são tão poucos os estudos regionais⁶, ainda que concentrados nas elites mercantis, raras são as investigações que abarcaram todo o território mineiro⁷.

Os primeiros tópicos do texto são destinados à apresentação de fontes e procedimentos metodológicos. Na seqüência, os tópicos voltados para a exposição e análise dos resultados, na seguinte ordem: atributos sócio-demográficos dos comerciantes; atributos sócio-demográficos dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões; características dos domicílios dos comerciantes; estrutura da posse de escravos segundo os tipos de unidades comerciais; estrutura ocupacional segundo os tipos de unidades comerciais. Por último, síntese do caráter dos resultados obtidos.

As fontes: censo de 1831/32

O Censo de 1831/32, organizado sob a forma de *listas nominativas de habitantes*, é o mais extenso e circunstanciado levantamento populacional do período provincial mineiro, além de ser o maior conjunto de informações nominais de natureza censitária remanescente para o período imperial brasileiro.

As unidades espaciais de informação do censo eram os *distritos de paz*, divididos em fogos ou famílias. Foram relacionados para cada indivíduo recenseado o prenome, a condição social, a cor/origem e a idade. Sobrenome, estado conjugal, ocupação, nacionalidade e relações de parentesco ou subordinação sócio-econômica foram informados para parcela da população. A representatividade e cobertura das listas remanescentes de 1831/32 são bastante satisfatórias, compreendem aproximadamente 55% da população e distritos então existentes em Minas Gerais⁸.

⁵ “Poder-se-á lembrar que não dedicamos um capítulo ao estudo do comércio, dos preços, do capital e dos salários, bem como à política do trabalho, com as suas complexidades – assuntos que ocupam largo espaço nos livros modernos de política econômica. Quanto à primeira parte, a falta de material suficiente para o seu esclarecimento é que nos impediu o seu estudo” (Iglésias, 1958: 60). A admissão de Iglésias da impossibilidade de estudo do comércio com base nos relatórios de presidentes de província é bastante reveladora das dificuldades que enfrentarão àqueles que se debruçarem sobre o tema. Trata-se de campo de investigação que nem mesmo as autoridades máximas da província consideraram com atenção proporcional a sua importância.

⁶ Dentre esses se destacam o pioneiro trabalho de Alcir Lenharo (1979) e o recente estudo de Afonso de Alencastro (1998).

⁷ Salvo omissão, tratam-se de apenas duas iniciativas (Rodarte, 1995; Paiva, 1996).

⁸ Apresentação detalhada do censo de 1831/32 encontra-se em Paiva (1996: 54/75).

A informação de ocupação no censo de 1831/32

A diversidade, complexidade e cobertura da informação de ocupação do censo exigem redobrada preocupação metodológica. A necessidade de entender o significado e classificar as ocupações, ainda que tarefas de grande complexidade e envergadura, normalmente são atendidas pelos pesquisadores. Mensurar a qualidade da informação de ocupação e definir metodologia para o tratamento da não-informação de ocupação, conquanto indispensáveis à utilização criteriosa e segura da documentação, freqüentemente são negligenciadas pelos investigadores.

Não avaliar a qualidade e não considerar a cobertura dessa variável sócio-demográfica e econômica, problemas superpostos, podem conduzir o usuário do censo de 1831/32, assim como de outros censos nominais do período, a resultados tanto mais distorcidos quanto menor for a unidade espacial analisada. O fato da informação de ocupação alcançar aproximadamente 40% da população recenseada impõe o estudo da não-informação de ocupação. É imperioso conhecer as características da população não coberta e ponderar o impacto dessa altíssima omissão na estrutura ocupacional. Entretanto, para além de entender o sentido da não-informação faz-se necessário mensurar a qualidade da informação de ocupação.

Com o propósito de conhecer as características da população sem dados ocupacionais e a qualidade da informação de ocupação foi desenvolvida metodologia para a classificação das listas nominativas. Tendo por base múltiplos critérios que contemplaram a maior parte das variáveis do censo, foi estabelecida escala de pontuação que permite aferir a posição relativa de cada lista. Assim, foi possível recortar o censo de 1831/32 e constituir amostra composta de listas em que a informação de ocupação não somente é abrangente, mas também de boa qualidade. A amostra foi elaborada debaixo de rigorosa avaliação de cobertura espacial e representatividade⁹ (Godoy 2003).

Entre sinônimos, variantes vocabulares, ocupações simples e associadas foram relacionadas milhares de designações em 1831/32. Sistematizadas e classificadas, as ocupações foram reunidas em mais de 800 unidades ocupacionais. Para o estudo da estrutura ocupacional procedeu-se a setorização desse amplo universo de ocupações (Godoy 2003). No quadro seguinte estão relacionados os setores e respectivos subsetores.

⁹ A amostra é composta de 60 distritos, ou 24,8% das listas remanescentes para 1831/32, e 113.903 indivíduos, ou 27,9% da população. Da amostra foram excluídas 28.470 crianças de 0 a 9 anos, ou 25,0%. A não-informação para esse segmento da população é de 92,2%, contra 17,4% para a população acima de 9 anos.

Setores e subsetores	Setores e subsetores
Agropecuária	Serviço doméstico
Agricultura	Funções públicas
Agroindústria	Civis
Pecuária	Militares
Atividades agrícolas em geral	Igreja
Mineração	Outros setores
Atividades manuais e mecânicas	Extratativismo
Artífices em madeira	Assalariados
Artífices em metais	Controle do trabalho escravo
Artífices em couros e peles	Educação
Artífices em barro	Saúde
Artífices em fibras	Transportes
Artífices em fiação e tecelagem	Outras atividades
Artífices em tecidos	Desocupados
Artífices em edificações	Deficientes, enfermos e idosos
Outros artífices	Indigentes
Comércio	Sem ocupação
Comércio fixo	Associações ocupacionais
Comércio de tropas	

Para os resultados que incluem a variável ocupação foram definidos os setores agropecuária, mineração, atividades manuais e mecânicas e comércio. Os demais restam reunidos como outros setores, inclusive serviço doméstico, funções públicas, desocupados e associações ocupacionais. Apenas para o comércio são apresentados regularmente os resultados para os subsetores fixo (esfera da comercialização), que inclui ambulantes urbanos, e de tropas (esfera da circulação).

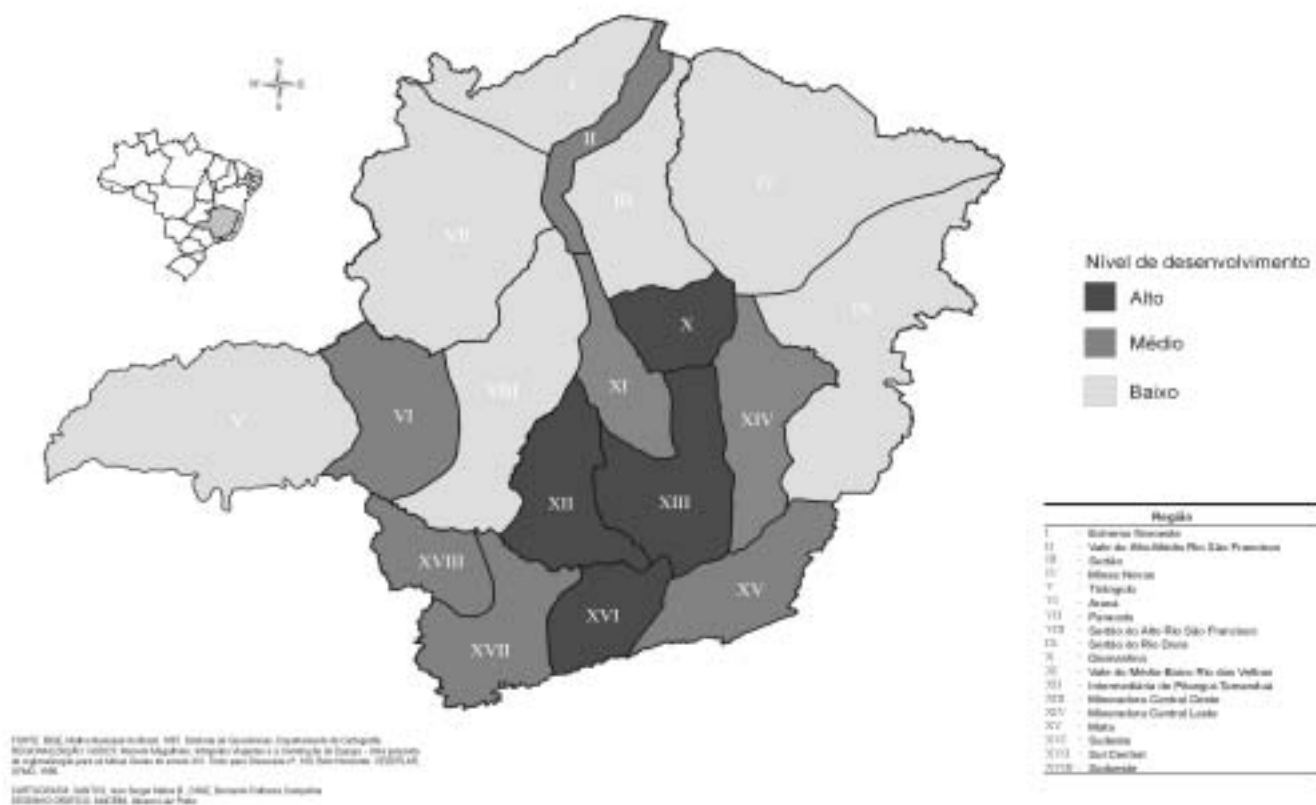
Para o estudo da estrutura ocupacional são apresentados quase todos os setores, excetuadas as funções públicas e associações ocupacionais, que foram incluídas nos outros setores. Além dos subsetores do comércio, são destacados alguns subsetores das atividades manuais e mecânicas. Os setores assalariados, educação e transportes também são apresentados separados.

O espaço: regionalização da província de Minas Gerais e níveis de desenvolvimento econômico das regiões

A proposta de regionalização adotada foi elaborada exclusivamente com base na percepção do espaço de viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro na primeira metade do século XIX. Do inter-relacionamento de fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos dividiu-se o espaço de Minas Gerais em 18 regiões. Embora aspectos de natureza econômica tenham ocupado posição central, as identidades regionais resultaram de combinações específicas de múltiplos aspectos (Godoy, 1996).

A classificação das regiões segundo o nível de desenvolvimento econômico resultou da mensuração da importância relativa da dinâmica da produção e comércio regionais articulada com a avaliação da expressão provincial das regiões. A determinação do nível de desenvolvimento econômico fundamentou-se nessa combinação da magnitude regional com a posição relativa na economia provincial. Assim, foram propostos, como categorias analíticas, três níveis de desenvolvimento econômico: baixo, médio e alto (Paiva, 1996: 113/127).

Regionalização da Província de Minas Gerais



Atributos sócio-demográficos dos comerciantes

No princípio da década de 1830, dos grandes setores ocupacionais de Minas Gerais o comércio era o que menos empregava (2,9%), superado, inclusive, pela mineração, que experimentava longo processo de retração. Para cada indivíduo ocupado em atividades comerciais correspondiam, aproximadamente, 13 na agropecuária e 14 em atividades manuais e mecânicas.

Duas hipóteses talvez expliquem a pouca expressão relativa do setor comercial de Minas como empregador: 1) A escassez de meio circulante¹⁰, larga vigência de escambo¹¹ e a

¹⁰ A historiografia mineira dos períodos colonial e imperial considera o arrolamento de dívidas ativas em inventários, particularmente de comerciantes, um índice da escassez de meio circulante em Minas Gerais. “A presença de grandes valores em dívida ativa fora freqüente nos inventários dos grandes negociantes sanjoanenses até fins do Império, podendo ser visto como uma evidência da restrição de numerário em Minas” (Alencastro, 1998: 84). Considerada a situação de São Joao del-rei, talvez o principal centro mercantil da província, pode-se aquilatar qual não era a situação geral de Minas Gerais.

ubiquidade da produção de gêneros básicos de subsistência¹² combinavam-se para restringir as oportunidades do pequeno comércio, cuja renda provavelmente encontrava-se próxima dos limites da subsistência; conformava-se, assim, forte desestímulo, senão impedimento, à entrada de novos indivíduos nas pequenas atividades comerciais, dada a necessidade de concorrer por restrito mercado. 2) No caso do grande comércio, que respondia por mercadorias importadas, aquelas que ultrapassavam a pauta produtiva local e/ou regional, a perspectiva de entrada no setor e apurar elevada renda estava franqueada apenas a indivíduos com capital suficiente para constituição e manutenção de grande estabelecimento; poucos tinham acesso à rede de crédito¹³, à inserção em circuitos comerciais de longa distância e conexões com agentes e representantes na cidade do Rio de Janeiro¹⁴, origem da grande maioria das mercadorias importadas pelas casas de negócio de Minas Gerais. Na mais populosa província do Império, o capital mercantil tendia a desconcentração espacial, embora vincado por pronunciados contrastes regionais e reduzida capacidade relativa de criação de oportunidades econômicas *vis-à-vis* outros setores ocupacionais.

De cada três indivíduos ocupados no comércio provincial, dois estavam na esfera da comercialização e um na da circulação. Essa relação confirma a desconcentração espacial e de capital do setor e a decorrente necessidade de avultado número de agentes na circulação mercantil. Eram, aproximadamente, 18 comerciantes, entre estabelecidos e em tropa, para

¹¹ Em 1875, de passagem por Januária, o mais importante centro urbano da região do Vale do Alto-Médio Rio São Francisco, James Wells observou o quanto era generalizada a prática de escambo. “Há ainda as lojas do sapateiro, do funileiro, do alfaiate e outros negócios de uma cidade pequena. Muitas transações são efetuadas na praia macia e lamacenta e consistem em grande parte de escambo, como em quase todas as cidades do interior do Brasil” (Wells, 1995: vol.1, 314).

¹² “As atividades agropecuárias e os correspondentes setores de beneficiamento e transformação, voltados preferencialmente para o atendimento do mercado interno da Província, estavam disseminados por quase todo o território, ainda que mais desenvolvidos em algumas regiões ou sub-regiões. A semi-especialização na produção de gêneros básicos de abastecimento estava orientada, em geral, para suprir regiões ou sub-regiões que não conseguiam atender com recursos próprios a suas necessidades, na maior parte das vezes em função de restrições naturais que impediam ou tornavam pouco produtivo o cultivo de determinados gêneros, como o algodão importado de Minas Novas e da Mineradora Central Leste pela Mineradora Central Oeste, ou que tinham sua economia por demais centrada na produção de um ou mais gêneros específicos para exportação, com insuficiente auto-abastecimento de gêneros básicos, como os víveres importados de Minas Novas e Mineradora Central Leste pela Região Diamantina” (Paiva e Godoy, 2001: 498).

¹³ Assim se referiu Iglésias à questão do crédito em Minas Gerais no século XIX: “O problema do crédito não encontrou pronta solução, pois Minas não contou com estabelecimentos bancários senão nos últimos anos. Para alguns presidentes essa falta constituiu motivo de cuidados. (...) O crédito territorial era reconhecido como necessidade, principalmente por causa da falta de espírito associativo. Sob o ângulo histórico, a questão é bem desconhecida na época da Província. Mesmo sem casas especiais, adequadas ao serviço, sabe-se que sempre houve movimento de empréstimo, ainda na Capitania. Impunha-se então uma figura que permanecerá no Império e até na República – a do agiota ou onzenário, muito compreensível em região com dificuldades financeiras de toda ordem. As operações de crédito e de câmbio eram comuns nas cidades mineiras (...) Lembraríamos, enfim, que a parte de Minas mais desenvolvida e de melhor comércio – a zona da Mata e o Sul – mantinha ligações íntimas com a Província fluminense e com a Côrte, que contavam com inúmeros e sólidos estabelecimentos bancários. O mineiro que mais usava o crédito, pelo contacto freqüente com êsses centros, pelos negócios comuns, aí fazia suas operações. Já devia ser quase regra para pessoas de certa categoria a visita ao Rio, que o mineiro ainda hoje não despreza. Quanto aos outros, prejudicavam-se na Província, sem possibilidade de ampliação de sua modesta vida econômica, sem o aumento de perspectivas que as facilidades de crédito podem proporcionar” (Iglésias, 1958: 193/195).

¹⁴ As ligações comerciais de São João del-Rei com a cidade do Rio de Janeiro evidenciavam o quanto deveria ser difícil a inserção independente no mercado de importação frente as vantagens relativas que gozava a elite mercantil de Minas na Corte. “Os grandes negociantes, além de seus estabelecimentos em São João del Rei, fundaram casas com parentes e filhos na Corte com o propósito de facilitar a intermediação entre as duas regiões, evitando o atravessador carioca. As casas localizadas no Rio de Janeiro recebiam os produtos mineiros e enviavam as mercadorias importadas, as chamadas fazendas secas e molhadas” (Alencastro, 1998: 95).

cada mil habitantes, incluída a população com menos de 10 anos. Algo em torno de um comerciante para cada 50 habitantes.

A distribuição da população empregada nos setores por condição social evidencia certa proporcionalidade entre a participação de livres e escravos. A agropecuária e as atividades manuais e mecânicas respondiam pelos maiores contingentes absolutos e relativos de livres e cativos, embora as atividades agrícolas fossem muito mais escravistas (45,3%) do que o artesanato (21,2%). A mineração e comércio perfaziam os menores contingentes absolutos e relativos de livres e escravos, conquanto a extração mineral fosse a menor empregadora de indivíduos livres e o mais escravista dos setores (68,9%) e o comércio, ao contrário, o maior empregador relativo de livres (88,9%) e o menos escravista dos setores¹⁵.

Entretanto, o comércio de tropa apresentava expressiva participação de escravos (30,3%)¹⁶ e o comércio estabelecido era atividade praticamente exclusiva de indivíduos livres (97,2%). Os dados sugerem que era inconveniente o emprego de cativos em transações que envolviam dinheiro, possível reflexo da precariedade dos procedimentos contábeis da maior parte das casas de negócio. Também parece correto supor que as atividades do comércio estabelecido fossem relativamente menos exigentes de trabalho que pressupusesse considerável dispêndio de esforço físico. Ao contrário, nas casas de negócio de médio e, principalmente, grande porte é quase certo que fosse imprescindível a presença de específica categoria ocupacional: assalariado regular, detentor de conhecimentos incomuns e capaz de desempenhar atividades relativamente sofisticadas como, por exemplo, a escrituração da contabilidade do estabelecimento. Esse profissional também poderia ser recrutado entre os familiares do comerciante e sua presença tanto mais necessária se fazia quanto menos constante fosse a presença do proprietário¹⁷.

A significativa presença de escravos na circulação reforça a tese da interdição da presença de cativos em atividades que pressupunham o trato direto e regular com dinheiro. Nas tropas os escravos respondiam pelos cotidianos trabalhos de condução e cuidado dos animais, carregamento e descarregamento das mercadorias nos ranchos e outras tarefas diárias¹⁸. Portanto, tarefas que exigiam considerável dispêndio de esforço físico. O

¹⁵ Em censo de Vila Rica para 1804, de 191 indivíduos listados no comércio, apenas 15 eram escravos, ou 7,9% (Costa e Luna, 1982: 77).

¹⁶ Dados recolhidos em documentação de registros indicaram proporção de escravos em tropa bastante próxima da apurada no censo de 1831/32. Em 1829, de 441 empregados na circulação, 153 (34,7%) eram escravos (Lenharo, 1979: 97/98).

¹⁷ No século XVIII, parece ter sido comum o recurso a funcionários assalariados no comércio, ao menos nos grandes estabelecimentos. "O caixeiro deveria ser de inteira confiança do senhor, representando seus interesses em sua ausência. Normalmente, eram recrutados de forma corporativa entre familiares mais pobres, ou compadres" (Furtado, 1999: 252).

¹⁸ Os relatos de viagem do Oitocentos são pródigos em descrições da forma de se viajar e dos estabelecimentos de estrada de Minas Gerais. As tropas foram objeto de incontáveis observações, desde a composição social dos tropeiros aos mais comezinhos aspectos da rotina diária. "O nº 2 é o rancho, que representa o traveller's bungalow, mas ao qual faltam o catre, a cadeira e a mesa. Essencialmente, é um telheiro comprido, tendo, às vezes, na frente, uma varanda de postes de madeira ou colunas de tijolo, e, outras vezes, com paredes externas e mesmo com compartimentos internos, formados de taipa, isto é, armações de madeira cheias de barro. Ali, os tropeiros descarregam os animais, que são soltos no pasto, enquanto seus

desempenho dessas atividades, muitas das vezes com trabalhadores livres ombreando com escravos, tendia a estar debaixo da direta supervisão dos arrieiros responsáveis e/ou proprietários das tropas.

Tabela 1 - Distribuição da população por setor ocupacional e condição, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Nº	% ▾	% ▶	Nº	% ▾	% ▶	Nº	% ▾	% ▶
Agropecuária	14.089	30,3	54,7	11.686	48,7	45,3	25.775	36,6	100,0
Mineração	728	1,6	31,1	1.615	6,7	68,9	2.343	3,3	100,0
Atividades manuais e mecânicas	22.822	49,1	78,8	6.146	25,6	21,2	28.968	41,1	100,0
Comércio	1.800	3,9	88,9	225	0,9	11,1	2.025	2,9	100,0
Comércio fixo	1.374	3,0	97,2	40	0,2	2,8	1.414	2,0	100,0
Comércio tropa	426	0,9	69,7	185	0,8	30,3	611	0,9	100,0
Outros setores	7.034	15,1	62,0	4.316	18,0	38,0	11.350	16,1	100,0
Total	46.473	100,0	66,0	23.988	100,0	34,0	70.461	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Excetuadas as atividades manuais e mecânicas, os principais setores ocupacionais caracterizavam-se por acentuado predomínio de homens na composição segundo o sexo. O amplo contingente de fiadeiras, tecedeiras, costureiras e rendeiras explica o elevado percentual de mulheres entre os artífices (76,2%). Em Minas Gerais, aproximadamente dois terços dos homens estavam engajados em atividades agrícolas e por volta de três quartos das mulheres empregavam-se em atividades artesanais. Considerados apenas os indivíduos cativos, nota-se que a mineração ainda era importante empregadora de escravos do sexo masculino (10,0%).

Entre os homens livres o comércio alcançava a mais alta participação relativa (6,9%), quase que a metade do número relativo de artífices e mais do que o dobro de mineradores na mesma categoria. O comércio de Minas Gerais era atividade eminentemente masculina¹⁹ e de indivíduos livres²⁰.

donos acendem uma fogueira, penduram um caldeirão, à moda cigana, em um tripé de paus, estendem no chão, para servir de cama, os couros que servem para proteger as cargas, e fazem uma espécie de biombo com as selas, cangalhas e jacás. Um poeta brasileiro descreve o rancho: 'E por grupos apinhados, em seu centro estão arreios, sacos, couros e bruacas' (Bacharel Teixeira). Só mesmo um tropeiro conseguiria dormir em tais lugares: formigam, por toda parte, terríveis insetos parasitos que penetram na carne e fazem seu lar entre as unhas das pessoas" (Burton, 1976: 100/101).

¹⁹ Dados do referido censo para Vila Rica indicaram que dentre os 191 indivíduos listados no comércio, 81 eram mulheres, ou 42,4% (Costa e Luna, 1982:77). A elevada participação feminina no comércio de Ouro Preto devia ser reflexo da secular presença de mulheres nos principais centros urbanos da capitania.

²⁰ No século XVIII, a participação das mulheres em atividades mercantis estava praticamente restrita ao pequeno comércio. Com base em universo relativamente pequeno de inventários e testamentos constatou-se que a elite mercantil de Ouro Preto, Sabará e Mariana era composta em sua grande maioria por homens (92,7%). Os resultados do estudo de devassas eclesiásticas mostraram que os homens respondiam por todos os comerciantes que testemunhavam e dentre os réus que tinham atividades comerciais as mulheres perfaziam parcela minoritária (20,0%). Em censo da comarca do Serro do Frio de 1736, a maior parte das vendas (80,0%) era propriedade de mulheres. "Os setores mais lucrativos do comércio mineiro encontravam-se, então, praticamente nas mãos de homens ou de suas viúvas; já as mulheres escravas e forras dominavam os setores marginais do pequeno comércio de comestíveis e bebidas" (Furtado, 1999: 236/237).

As mulheres estavam praticamente restritas ao comércio estabelecido. Confirma-se, assim, a histórica presença feminina no comércio, notadamente urbano. Às mulheres provavelmente cabia parte do pequeno comércio de víveres e aguardente, o segmento menos capitalizado e rentável do setor²¹. Entre os escravos no comércio fixo dois terços eram mulheres, provavelmente ambulantes²² e pequenas vendeiras²³. O caráter do trabalho nas tropas interditava a participação de mulheres. Ao requisito de força física para o desempenho das atividades somava-se a itinerância a tornar inconveniente para a mulher, sobretudo livre, o convívio íntimo que os ranchos de beira de estrada impunham²⁴.

²¹ Embora persistam divergências quanto à extensão da participação de mulheres no comércio setecentista, é consensual o reconhecimento da importância da presença feminina no pequeno comércio urbano. “Neste sentido, sendo o pequeno comércio atividade essencialmente feminina nas Minas Gerais durante o século XVIII – assim como em outras regiões coloniais da América Portuguesa –, o presente capítulo se ocupa desta modalidade de participação social, envolvendo mulheres pobres de variada cor e condição na função de vendeiras (executando transações comerciais em pequenos estabelecimentos fixos) ou na de ‘negras de tabuleiro’ (estas responsáveis pelo comércio ambulante)” (Figueiredo, 1993: 33). Com base em documentação fiscal de Vila Rica e Vila do Carmo (Mariana), para vários anos do século XVIII, constatou-se o vigoroso crescimento da participação feminina no pequeno comércio. De 190 vendas na vila e freguesias de Vila Rica, em 1716, as mulheres respondiam por 5,2%; em 1773, para o mesmo espaço, eram 697 vendas, destas cabiam às mulheres 69,2%. Em Mariana observou-se evolução semelhante, de 350 vendas na vila e freguesias, em 1725, pertenciam a mulheres 7,4%; em 1796, para o mesmo espaço, eram 417 vendas, sendo que as mulheres eram proprietárias de 60,9%. Na base desse crescimento da participação feminina no pequeno comércio estava o aumento da população feminina da capitania e a expansão das alforrias como resultado da crise da mineração (Figueiredo, 1993: 55/56).

²² “Responsável pela distribuição de gêneros de consumo ligeiro, o comércio ambulante também representou papel importante no abastecimento das populações mineiras. (...) Era ocupado predominante por mulheres pobres que mereceram a denominação genérica já referida de ‘negras de tabuleiro’ nos infindáveis documentos oficiais que se encarregavam de sua repressão nas Minas Gerais. Negras ou mulatas, forras ou escravas, vendiam variados gêneros comestíveis, tais como pastéis, bolos, doces, mel, leite, pão, banana, fumo e bebidas” (Figueiredo, 1993: 42).

²³ O comércio estabelecido aos cuidados de escravos é fenômeno que remonta ao Setecentos. “Usualmente os comerciantes abriam vendas nos morros e deixavam o negócio ser administrado por escravas, pagando aos senhores jornais por seu serviço e, assim, viviam livremente sem o controle dos senhores, ou também podiam ser negras forras as proprietárias desses estabelecimentos” (Furtado, 1999:256).

²⁴ Enquanto no século XIX a participação de mulheres escravas em tropas era nula e as tropeiras livres não alcançavam sequer 1% dos casos, para o século XVIII a presença feminina na circulação era um pouco mais expressiva. Somadas as mulheres que passaram por seis registros fiscais, na segunda metade do Setecentos, a participação feminina perfazia 2,0%. “Um número reduzido, mas constante, de mulheres também freqüentavam os postos fiscais conduzindo mercadorias. Elas nunca eram encarregadas e transportavam suas próprias cargas. Mesmo quando eram provenientes de fazendas pertencentes a grandes produtores, elas comercializavam por conta própria, o que nos faz deduzir tratarem-se de agregadas. Eram mulheres brancas, pardas ou negras forras. Transportavam gêneros diversos em carregamentos – se comparados com os demais – médios ou pequenos, podendo viajar sozinhas ou acompanhadas. A atividade destas mulheres é muito semelhante à dos tropeiros devido às características dos carregamentos” (Chaves, 1999: 116/117).

Tabela 2 - Distribuição da população por setor ocupacional, condição e sexo, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Homens			Mulheres			Total*		
	Nº	% ▼	% ▶	Nº	% ▼	% ▶	Nº	% ▼	% ▶
Livres									
Agropecuária	12.670	55,0	89,9	1.418	6,0	10,1	14.089	30,3	100,0
Mineração	662	2,9	90,9	66	0,3	9,1	728	1,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	3.445	15,0	15,1	19.377	82,6	84,9	22.822	49,1	100,0
Comércio	1.600	6,9	88,9	200	0,9	11,1	1.800	3,9	100,0
Comércio fixo	1.177	5,1	85,7	197	0,8	14,3	1.374	3,0	100,0
Comércio tropa	423	1,8	99,3	3	0,0	0,7	426	0,9	100,0
Outros setores	4.650	20,2	66,1	2.384	10,2	33,9	7.034	15,1	100,0
Total	23.027	100,0	49,5	23.445	100,0	50,4	46.473	100,0	100,0
Escravos									
Agropecuária	10.947	72,7	93,7	737	8,3	6,3	11.686	48,7	100,0
Mineração	1.503	10,0	93,1	112	1,3	6,9	1.615	6,7	100,0
Atividades manuais e mecânicas	858	5,7	14,0	5.288	59,2	86,0	6.146	25,6	100,0
Comércio	199	1,3	88,4	26	0,3	11,6	225	0,9	100,0
Comércio fixo	14	0,1	35,0	26	0,3	65,0	40	0,2	100,0
Comércio tropa	185	1,2	100,0	0	0,0	0,0	185	0,8	100,0
Outros setores	1.553	10,3	36,0	2.763	31,0	64,0	4.316	18,0	100,0
Total	15.060	100,0	62,8	8.926	100,0	37,2	23.988	100,0	100,0
População total									
Agropecuária	23.617	62,0	91,6	2.155	6,7	8,4	25.775	36,6	100,0
Mineração	2.165	5,7	92,4	178	0,5	7,6	2.343	3,3	100,0
Atividades manuais e mecânicas	4.303	11,3	14,9	24.665	76,2	85,1	28.968	41,1	100,0
Comércio	1.799	4,7	88,8	226	0,7	11,2	2.025	2,9	100,0
Comércio fixo	1.191	3,1	84,2	223	0,7	15,8	1.414	2,0	100,0
Comércio tropa	608	1,6	99,5	3	0,0	0,5	611	0,9	100,0
Outros setores	6.203	16,3	54,7	5.147	15,9	45,3	11.350	16,1	100,0
Total	38.087	100,0	54,1	32.371	100,0	45,9	70.461	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 3 casos de não informação de sexo.

As atividades manuais e mecânicas eram as maiores empregadoras de crianças dentre os grandes setores. A relativamente precoce iniciação profissional no artesanato explica-se pela menor exigência de dispêndio de força física e pequena complexidade de determinadas tarefas. O comércio era o menor empregador de crianças. A iniciação profissional em atividades mercantis tendia a realizar-se mais tarde talvez pela exigência, no caso das casas de negócio, de atributos intelectuais e maturidade para assumir responsabilidade por mister que envolvia regular contato com dinheiro, assim como, no caso das tropas, vigor para o desempenho de tarefas que implicavam em grande dispêndio de esforço físico. Na faixa idade produtiva I observa-se equilíbrio entre os setores, embora o comércio apresente o menor número relativo. Na faixa que, muito provavelmente, se encontrava a expectativa média de vida da população de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, o comércio respondia por destacado número relativo. Na idade produtiva II, a freqüência de comerciantes era por volta de 30% maior do que na agropecuária e mineração e 40% mais elevada do que nas atividades

manuais e mecânicas. À iniciação profissional relativamente tardia somava-se, provavelmente, a exigência da formação de capital para a entrada no setor. O acúmulo de pecúlio em outras atividades devia ser condição para o ingresso no comércio. Entre os idosos destaca-se a mineração, talvez decorrência do elevado número de indivíduos que buscava na faiscação de ouro precário recurso de sobrevivência.

A distribuição de negociantes e tropeiros²⁵ pelas grandes faixas revela importante distinção na composição etária dos comércios fixo e de tropa. Enquanto dois terços dos tropeiros concentravam-se na faixa idade produtiva I, seguramente aquela que reunia os indivíduos na plenitude do vigor físico, mais da metade dos negociantes distribuíam-se pelas faixas idade produtiva II e idosos, reiterando a tese de que a entrada no setor pressupunha acumulação prévia. A tendência de maior absorção de indivíduos jovens por parte do comércio de tropa decorria da menor complexidade dos trabalhos concernentes ao transporte de mercadorias, da exigência de responsabilidade relativamente menor, da presença de permanente supervisão por parte dos proprietários de tropa e/ou de seus prepostos e da mencionada maior necessidade de dispêndio de esforço físico. O comércio fixo, ao contrário, tendia a absorver indivíduos mais maduros, portanto aptos a assumir maiores responsabilidades, e que, provavelmente, poderiam trabalhar sem supervisão. O caráter coletivo do trabalho em tropa permitia o aprendizado no próprio transcurso das viagens, com os neófitos debaixo de regular acompanhamento e assumindo funções menos complexas.

A distribuição relativa da população livre pelas grandes faixas etárias pouco diverge da distribuição da população total, salvo o caso da mineração. Quase dois terços dos indivíduos livres em extração mineral estavam na terceira e quarta faixas. Entre os idosos o número relativo da mineração era por volta de 75% maior do da agropecuária, 120% mais alto do que o do comércio e 180% superior ao das atividades manuais e mecânicas. Portanto, fortes indícios da importância da faiscação em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.

É essencialmente a mesma a distribuição relativa da população escrava pelas grandes faixas etárias se comparada com a da população total. Entretanto, para todos os setores observa-se a maior participação relativa na faixa idade produtiva I e menor nas duas últimas faixas. A vigorosa importação de escravos, seletiva quanto à idade, combinada com a menor expectativa de vida da população cativa em face da livre estão na base dessa concentração na segunda faixa.

²⁵ A designação negociante será utilizada exclusivamente para os casos que remetem ao comércio fixo ou estabelecido, em oposição ao vocábulo tropeiro associado ao comércio de tropas. Para as duas formas de comércio, tratadas conjuntamente, utiliza-se comerciante.

Tabela 3 - Distribuição da população por setor ocupacional, condição e faixa etária, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Crianças 10 a 14 anos		Idade produtiva I 15 a 34 anos		Idade produtiva II 35 a 59 anos		Idosos 60 anos e mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	Livres									
Agropecuária	1.356	9,6	6.470	45,9	4.728	33,6	1.535	10,9	14.089	100,0
Mineração	36	4,9	255	35,0	297	40,8	140	19,2	728	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.964	13,0	11.620	50,9	6.662	29,2	1.576	6,9	22.822	100,0
Comércio	63	3,5	854	47,4	729	40,5	154	8,6	1.800	100,0
Comércio fixo	43	3,1	571	41,6	617	44,9	143	10,4	1.374	100,0
Comércio tropa	20	4,7	283	66,4	112	26,3	11	2,6	426	100,0
Outros setores	1.220	17,3	3.031	43,1	1.978	28,1	805	11,4	7.034	100,0
Total	5.639	12,1	22.230	47,8	14.394	31,0	4.210	9,1	46.473	100,0
Escravos										
Agropecuária	1.140	9,8	7.053	60,4	2.862	24,5	631	5,4	11.686	100,0
Mineração	119	7,4	995	61,6	414	25,6	87	5,4	1.615	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.090	17,7	3.715	60,4	1.182	19,2	159	2,6	6.146	100,0
Comércio	7	3,1	161	71,6	50	22,2	7	3,1	225	100,0
Comércio fixo	2	5,0	26	65,0	9	22,5	3	7,5	40	100,0
Comércio tropa	5	2,7	135	73,0	41	22,2	4	2,2	185	100,0
Outros setores	420	9,7	2.411	55,9	1.277	29,6	208	4,8	4.316	100,0
Total	2.776	11,6	14.335	59,8	5.785	24,1	1.092	4,6	23.988	100,0
População total										
Agropecuária	2.496	9,7	13.523	52,5	7.590	29,4	2.166	8,4	25.775	100,0
Mineração	155	6,6	1.250	53,4	711	30,3	227	9,7	2.343	100,0
Atividades manuais e mecânicas	4.054	14,0	15.335	52,9	7.844	27,1	1.735	6,0	28.968	100,0
Comércio	70	3,5	1.015	50,1	779	38,5	161	8,0	2.025	100,0
Comércio fixo	45	3,2	597	42,2	626	44,3	146	10,3	1.414	100,0
Comércio tropa	25	4,1	418	68,4	153	25,0	15	2,5	611	100,0
Outros setores	1.640	14,4	5.442	47,9	3.255	28,7	1.013	8,9	11.350	100,0
Total	8.415	11,9	36.565	51,9	20.179	28,6	5.302	7,5	70.461	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A idade média dos indivíduos empregados no comércio era a mais elevada dentre os principais setores ocupacionais (35,7), decorrência da referida tendência de ingresso relativamente tardio nas atividades mercantis. As mulheres respondiam pela maior parte da diferença entre a média total do comércio e dos demais setores. Para além da necessidade de acumulação de capital para entrada no setor, no caso das comerciantes somava-se o fenômeno universal de ascensão feminina à chefia dos domicílios através da viuvez (Godoy, 2000).

Para os escravos observam-se reduzidas diferenças entre as idades médias para os setores, excetuada a participação feminina no comércio (33,8). A destacada posição nas atividades mercantis talvez decorresse da histórica presença da mulher escrava no pequeno comércio estabelecido e ambulante. No caso das médias para os livres ganha evidência a mineração, que respondia pelas maiores idades médias para homens e mulheres. A mencionada faiscação está na base desse destaque.

Segmentado, o comércio fixo apresentava idades médias superiores ao comércio de tropa²⁶, confirmando aquelas diferenças observadas no tocante à distribuição pelas faixas etárias. As médias de negociantes e tropeiros eram bem menos divergentes para escravos do que para livres.

Tabela 4 – Idade média da população por setor ocupacional, condição e sexo, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agropecuária	33,7	43,8	34,7	29,8	29,9	29,8	31,9	39,0	32,9
Mineração	40,2	46,8	40,8	30,1	28,0	29,9	33,2	35,0	33,9
Atividades manuais e mecânicas	35,8	30,4	31,2	28,9	25,6	26,1	34,5	29,3	30,9
Comércio	35,4	45,3	36,5	28,5	33,8	29,1	34,6	44,0	35,9
Comércio fixo	37,4	45,4	38,5	24,6	33,8	30,5	37,2	44,1	38,9
Comércio tropa	29,9	38,7	30,0	28,8	--	28,8	29,6	38,7	29,9
Outros setores	30,5	37,2	32,8	29,1	31,5	30,7	30,2	34,2	32,9
Total	33,7	32,0	32,9	29,7	27,9	29,0	32,1	30,9	31,9

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A presença de indivíduos brancos no comércio não encontrava paralelo nos demais setores (44,5%), evidência da existência de restrições econômicas e sociais ao acesso às atividades mercantis de Minas Gerais. Também era expressivo o contingente de mestiços no comércio, somente inferior ao das atividades manuais e mecânicas. O comércio, pequeno empregador de escravos, apresentava a menor participação relativa de crioulos somados a africanos (16,1%) dentre os grandes setores ocupacionais. Esse perfil divergia diametralmente do observado para a mineração. Na extração mineral o contingente de brancos e mestiços alcançava apenas 18,7%. Quanto mais pronunciada a dependência de trabalho escravo mais elevada era a participação relativa de africanos e crioulos (Paiva, 1996: 99).

Focalizada apenas a população livre constata-se a pequena importância relativa de crioulos somados a africanos em todos os setores, excetuada a mineração. No caso dos africanos livres, portanto alforriados, o número relativo da extração mineral era de 400 a 800% maior do que o observado para os demais setores. As evidências são de que a faiscação de ouro se constituía em importante opção de sobrevivência para os ex-escravos do setor.

Apreciada somente a população escrava percebe-se certa simetria entre os setores na composição segundo a cor/origem, excetuadas as atividades manuais e mecânicas. Apenas entre os artífices o percentual de crioulos superava o de africanos, além da participação relativa de mestiços ser muito maior do que nos demais setores ocupacionais. A elevada

²⁶ Com base na referida documentação de registros, Alcir Lenharo registrou impressão sobre a idade dos tropeiros. "Pelo que pude levantar, ocorre uma incidência maior de tropeiros de 20 a 25 anos de idade entre os demais" (Lenharo, 1979: 95). A percepção subjetiva do autor não diverge de forma significativa da idade média verificada para homens livres e escravos em tropas (29,9 e 28,8).

presença de crioulos e mestiços pode indiciar maior necessidade de indivíduos aculturados no processo de formação profissional em atividades manuais e mecânicas. Por outro lado, na agropecuária, mineração e comércio (de tropa) preponderava a exigência de indivíduos fisicamente mais vigorosos e menor era a necessidade por escravos aculturados.

Segmentado o comércio, percebe-se que brancos e mestiços respondiam por mais de 90% dos negociantes e crioulos e africanos respondiam por mais de um terço dos tropeiros. É provável que a maior presença de brancos nas casas de negócio resultasse da combinação da histórica participação de portugueses no setor²⁷ com as elevadas possibilidades de acumulação no grande comércio. O maior contingente de crioulos e africanos nas tropas explica-se pela necessidade de trabalho escravo, especialmente nas grandes caravanas de muares.

Tabela 5 - Distribuição da população por setor ocupacional, condição e cor/origem, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Branco		Crioulo		Africano		Mestiço		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Livres										
Agropecuária	6.494	46,1	985	7,0	237	1,7	6.309	44,8	14.089	100,0
Mineração	116	15,9	274	37,6	64	8,8	263	36,1	728	100,0
Atividades manuais e mecânicas	7.662	33,6	3.005	13,2	239	1,0	11.886	52,1	22.822	100,0
Comércio	902	50,1	97	5,4	23	1,3	768	42,7	1.800	100,0
Comércio fixo	715	52,0	61	4,4	19	1,4	569	41,4	1.374	100,0
Comércio tropa	187	43,9	36	8,5	4	0,9	199	46,7	426	100,0
Outros setores	2.010	28,6	1.169	16,6	190	2,7	3.624	51,5	7.034	100,0
Total	17.184	37,0	5.530	11,9	753	1,6	22.850	49,2	46.473	100,0
Escravos										
Agropecuária			3.750	32,1	7.165	61,3	765	6,5	11.686	100,0
Mineração			351	21,7	1.205	74,6	59	3,7	1.615	100,0
Atividades manuais e mecânicas			3.275	53,3	1.845	30,0	1.022	16,6	6.146	100,0
Comércio			62	27,6	144	64,0	19	8,4	225	100,0
Comércio fixo			16	40,0	20	50,0	4	10,0	40	100,0
Comércio tropa			46	24,9	124	67,0	15	8,1	185	100,0
Outros setores			1.999	46,3	1.892	43,8	424	9,8	4.316	100,0
Total			9.437	39,3	12.251	51,1	2.289	9,5	23.988	100,0
População total										
Agropecuária	6.494	25,2	4.735	18,4	7.402	28,7	7.074	27,4	25.775	100,0
Mineração	116	5,0	625	26,7	1.269	54,2	322	13,7	2.343	100,0
Atividades manuais e mecânicas	7.662	26,4	6.280	21,7	2.084	7,2	12.908	44,6	28.968	100,0
Comércio	902	44,5	159	7,9	167	8,2	787	38,9	2.025	100,0
Comércio fixo	715	50,6	77	5,4	39	2,8	573	40,5	1.414	100,0
Comércio tropa	187	30,6	82	13,4	128	20,9	214	35,0	611	100,0
Outros setores	2.010	17,7	3.168	27,9	2.082	18,3	4.048	35,7	11.350	100,0
Total	17.184	24,4	14.967	21,2	13.004	18,5	25.139	35,7	70.461	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 167 casos de não informação de cor/origem.

²⁷ Com base no mesmo universo de inventários, testamentos e devassas eclesiásticas anteriormente referidos, constatou-se o largo predomínio de portugueses (79,6%) e a pequena participação de brasileiros (11,6%) entre os comerciantes. "Nas Minas setecentistas, havia uma predominância de portugueses no trato mercantil, tendência que permanecerá na Corte até meados do século XIX. Como os portugueses dominavam o comércio fixo de lojas e por grosso, isso indicava que as fatias mais lucrativas dos negócios estavam nas suas mãos, que compunham a elite mercantil estabelecida nas Minas" (Furtado, 1999: 237). Também estruturado em informações recolhidas em inventários, no caso do século XIX, apurou-se que dos 31 maiores comerciantes de São João del-Rei para 23 foi informada a nacionalidade, destes 11 (47,8%) eram portugueses (Alencastro, 1998: 104).

As anteriormente comentadas elevadas idades médias e participações relativas de indivíduos livres e brancos no comércio elucidam a maior proporção de casados nas atividades mercantis *vis-à-vis* os demais principais setores ocupacionais de Minas Gerais. No século XIX, a possibilidade de contração de matrimônio estava fortemente condicionada pela condição social e cor/origem dos indivíduos.

Em sintonia com esses condicionantes, as idades médias mais baixas e a maior participação de escravos nas tropas esclarecem o menor percentual de indivíduos casados entre os tropeiros frente os negociantes. Além disso, também é preciso considerar a existência de distinções espaciais no exercício das atividades mercantis. Enquanto o negociante tendia a se fixar e criar raízes, facilitando a adoção de vínculo matrimonial, o tropeiro passava a maior parte do tempo nas estradas, muitas vezes em viagens de longo curso, dificultando ou retardando a fixação, criação de vínculos afetivos duradouros e contração de matrimônio²⁸.

Tabela 6 - Distribuição da população por setor ocupacional e estado conjugal, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Solteiro		Casado		Viúvo		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agropecuária	14.766	57,3	9.444	36,6	1.033	4,0	25.775	100,0
Mineração	1.758	75,0	447	19,1	60	2,6	2.343	100,0
Atividades manuais e mecânicas	15.924	55,0	10.611	36,6	1.673	5,8	28.968	100,0
Comércio	968	47,8	922	45,5	109	5,4	2.025	100,0
Comércio fixo	565	40,0	731	51,7	100	7,1	1.414	100,0
Comércio tropa	403	66,0	191	31,3	9	1,5	611	100,0
Outros setores	7.089	62,5	3.033	26,7	475	4,2	11.350	100,0
Total	40.505	57,5	24.457	34,7	3.350	4,8	70.461	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 2.149 casos de não informação do estado conjugal.

Atributos sócio-demográficos dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões²⁹

Quanto mais elevado era o nível de desenvolvimento econômico das regiões de Minas Gerais maior o dinamismo das atividades mercantis. As regiões com NDE baixo respondiam por 14,0% da população provincial e apenas 5,6% dos indivíduos empregados no comércio. As

²⁸ Também no século XVIII os comerciantes de tropas tendiam a não ser casados. "Eram geralmente solteiros, o que facilitava sua itinerância, mas dava-lhes a posição de desenraizados" (Furtado, 1999: 268).

²⁹ "De um modo geral, podemos admitir que a adoção dos 'níveis de desenvolvimento' como categorias analíticas mostrou-se pertinente. As informações dos viajantes revelaram os três grupos de regiões que, apesar das distinções entre seus componentes apresentaram um conjunto mínimo de elementos que as aproximavam. É importante lembrar que o agrupamento foi recurso analítico e não desconsiderou as especificidades de cada região. A caracterização econômica das regiões que integravam cada nível apontou para uma certa divisão do trabalho nos níveis e inter e intrarregionais que se revelou mais intensa quando associada ou relacionada a alguma produção voltada para os mercados externos, ou a núcleos urbanos de regiões tidas como desenvolvidas. Os setores mais dinâmicos da economia eram aqueles voltados para os mercados externos à Província. A influência destes setores se espalhava pelos demais segmentos da organização econômica, inclusive pelas áreas vizinhas. Ainda que estes segmentos mantivessem relações independentes dos setores mais dinâmicos, eram as funções complementares e de apoio a estes que explicariam a existência dos setores menos dinâmicos da economia" (Paiva, 1996: 159).

regiões com NDE médio perfaziam 35,5% da população e percentual semelhante para o comércio (31,7%). As regiões com NDE alto compreendiam metade da população (50,5%) e quase dois terços dos indivíduos em atividades mercantis (62,7%).

A participação relativa do comércio na estrutura ocupacional era 50% maior nas regiões com NDE alto em relação às com NDE médio (3,6% e 2,4%) e quase duas vezes maior em relação às com NDE baixo (3,6% e 1,3%). O número de comerciantes por mil habitantes decrescia das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo (22,1%, 15,9% e 7,1%). Algo em torno de um negociante para cada 45 habitantes nas regiões com NDE alto, um para 65 nas regiões com NDE médio e um para 140 nas regiões com NDE baixo. Essas pronunciadas diferenças se explicam pela interferência regionalmente diferenciada daqueles fatores anteriormente mencionados: escassez de meio circulante, larga vigência de escambo e ubiqüidade da produção de gêneros básicos de subsistência. As restrições à expansão das atividades mercantis, notadamente o pequeno comércio, encontravam estreita relação com o nível de desenvolvimento econômico das regiões.

O comércio fixo preponderava nas regiões de todos os níveis de desenvolvimento econômico em relação ao comércio de tropa. Entretanto, o comércio de tropa era muito mais vigoroso nas regiões com NDE alto em face das regiões com NDE médio e baixo (37,0%, 21,5% e 2,7%). Mais de três quartos dos agentes mercantis de Minas Gerais envolvidos com a circulação de mercadorias eram originários das regiões com NDE alto. A insignificante presença de tropeiros nas regiões com NDE baixo (0,5%) e a relativamente pequena nas regiões com NDE médio (22,6%) constituem robusta evidência de que agentes da circulação das regiões com NDE alto (76,9%) controlavam significativa parcela das atividades de importação e exportação das regiões com NDE médio e baixo³⁰.

Dado o fato anteriormente constatado de que a grande maioria dos escravos em atividades mercantis estava no comércio de tropa e que esses cativos tendiam a concentrar-se nas maiores caravanas de muares, responsáveis pelos fluxos comerciais interregionais e interprovinciais, ganha maior consistência à tese de que as regiões com NDE alto controlavam significativa parcela do comércio externo das regiões com NDE médio e baixo. A presença de

³⁰ Alcir Lenharo analisou o caso particular do controle da circulação exercido por agentes mercantis da porção meridional de Minas, notadamente no âmbito do comércio de gado, e a transferência de excedentes regionais. "Da mesma forma, as grandes propriedades do Sul de Minas apresentavam-se também como estâncias, fazendas intermediárias que, além de se dedicarem à produção, especializavam-se na busca do excedente regional para revendê-lo nos mercados consumidores. Este esquema era responsável pela apropriação da parte mais significativa do excedente produzido regionalmente, ensejando a formação de grandes casas comerciais, até mesmo no Rio de Janeiro, que cresciam auto-sustentadas pelo capital proveniente das fazendas estancieiras" (Lenharo, 1979: 37). Outras conexões mercantis conformavam corredores de exportação em que intermediários controlavam a circulação e retinham a maior parte do lucro. "Nosso estudo mostrou que o maior nível de desenvolvimento estava associado, principalmente, às relações comerciais de Minas com o Rio de Janeiro. No entanto, esta associação nem sempre se dava de forma direta com os locais onde se produzia para exportar. Havia um grupo de comerciantes que intermediava esta relação, na maioria das vezes de forma desfavorável para o produtor. Os viajantes apontam para a presença do comerciante de entreposto, atribuem a este agente econômico um papel dinâmico dentro da sociedade e nos sugerem que este pode ser o caminho para entender o século XIX mineiro" (Paiva, 1996: 118).

escravos no comércio era tanto mais expressiva quanto maior o nível de desenvolvimento econômico das regiões (13,3%, 8,6% e 0,9%).

Tabela 7 - Distribuição da população por setor ocupacional e condição, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE) - Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Nº	% ▽	% ▶	Nº	% ▽	% ▶	Nº	% ▽	% ▶
Regiões NDE alto									
Agropecuária	5.344	23,8	45,9	6.296	47,4	54,1	11.640	32,6	100,0
Mineração	634	2,8	38,2	1.024	7,7	61,8	1.658	4,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	12.142	54,2	78,2	3.380	25,5	21,8	15.522	43,5	100,0
Comércio	1.100	4,9	86,7	169	1,3	13,3	1.269	3,6	100,0
Comércio fixo	771	3,4	96,5	28	0,2	3,5	799	2,2	100,0
Comércio tropa	329	1,5	70,0	141	1,1	30,0	470	1,3	100,0
Outros setores	3.188	14,2	57,0	2.404	18,1	43,0	5.592	15,7	100,0
Total	22.408	100,0	62,8	13.273	100,0	37,2	35.681	100,0	100,0
Regiões NDE médio									
Agropecuária	5.804	33,6	55,9	4.585	49,9	44,1	10.389	39,3	100,0
Mineração	93	0,5	13,6	591	6,4	86,4	684	2,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	8.607	49,9	79,1	2.276	24,8	20,9	10.883	41,1	100,0
Comércio	588	3,4	91,4	55	0,6	8,6	643	2,4	100,0
Comércio fixo	494	2,9	97,8	11	0,1	2,2	505	1,9	100,0
Comércio tropa	94	0,5	68,1	44	0,5	31,9	138	0,5	100,0
Outros setores	2.170	12,6	56,4	1.679	18,3	43,6	3.849	14,6	100,0
Total	17.262	100,0	65,3	9.186	100,0	34,7	26.448	100,0	100,0
Regiões NDE baixo									
Agropecuária	2.941	43,2	78,5	805	52,6	21,5	3.746	45,0	100,0
Mineração	1	0,0	100,0	0	0,0	0,0	1	0,0	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.073	30,5	80,9	490	32,0	19,1	2.563	30,8	100,0
Comércio	112	1,6	99,1	1	0,1	0,9	113	1,4	100,0
Comércio fixo	109	1,6	99,1	1	0,1	0,9	110	1,3	100,0
Comércio tropa	3	0,0	100,0	0	0,0	0,0	3	0,0	100,0
Outros setores	1.676	24,6	87,8	233	15,2	12,2	1.909	22,9	100,0
Total	6.803	100,0	81,6	1.529	100,0	18,4	8.332	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A participação feminina em atividades comerciais guardava estreita relação com o nível de desenvolvimento econômico das regiões. Quanto maior o dinamismo econômico, mais expressiva a presença de mulheres no comércio. As regiões com NDE médio apresentavam contingente feminino no comércio 29,6% maior do que as com NDE baixo. O número relativo de mulheres em atividades comerciais nas regiões com NDE alto era 35,9% mais elevado do que nas com NDE médio. Enquanto as regiões com NDE médio e baixo respondiam juntas por menos de um terço das comerciantes de Minas Gerais, as regiões com NDE alto perfaziam quase que três quartos.

Considerado apenas o comércio fixo, subsector em que a presença feminina era historicamente importante, mais acentuadas eram as variações entre os níveis de desenvolvimento econômico. O mais pujante processo de urbanização e a mais extensa e

complexa rede urbana das regiões com NDE alto (Paiva, 1996: 117) permitiram maior florescimento das atividades mercantis desempenhadas por mulheres. Nas regiões com NDE alto a participação feminina no comércio estabelecido era 70,4% maior do que nas regiões com NDE médio e 168,5% mais elevada do que nas com NDE baixo.

Tabela 8 - Distribuição da população por setor ocupacional e sexo, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE) - Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Homens			Mulheres			Total*		
	Nº	% ▾	% ▶	Nº	% ▾	% ▶	Nº	% ▾	% ▶
Regiões NDE alto									
Agropecuária	10.975	56,0	94,3	664	4,1	5,7	11.640	32,6	100,0
Mineração	1.496	7,6	90,2	162	1,0	9,8	1.658	4,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.501	12,8	16,1	13.021	81,0	83,9	15.522	43,5	100,0
Comércio	1.110	5,7	87,5	159	1,0	12,5	1.269	3,6	100,0
Comércio fixo	642	3,3	80,4	157	1,0	19,6	799	2,2	100,0
Comércio tropa	468	2,4	99,6	2	0,0	0,4	470	1,3	100,0
Outros setores	3.531	18,0	63,1	2.061	12,8	36,9	5.592	15,7	100,0
Total	19.613	100,0	55,0	16.067	100,0	45,0	35.681	100,0	100,0
Regiões NDE médio									
Agropecuária	9.156	66,2	88,1	1.231	9,8	11,8	10.389	39,3	100,0
Mineração	668	4,8	97,7	16	0,1	2,3	684	2,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.433	10,4	13,2	9.450	75,0	86,8	10.883	41,1	100,0
Comércio	584	4,2	90,8	59	0,5	9,2	643	2,4	100,0
Comércio fixo	447	3,2	88,5	58	0,5	11,5	505	1,9	100,0
Comércio tropa	137	1,0	99,3	1	0,0	0,7	138	0,5	100,0
Outros setores	1.997	14,4	51,9	1.852	14,7	48,1	3.849	14,6	100,0
Total	13.838	100,0	52,3	12.608	100,0	47,7	26.448	100,0	100,0
Regiões NDE baixo									
Agropecuária	3.486	75,2	93,1	260	7,0	6,9	3.746	45,0	100,0
Mineração	1	0,0	100,0	0	0,0	0,0	1	0,0	100,0
Atividades manuais e mecânicas	369	8,0	14,4	2.194	59,4	85,6	2.563	30,8	100,0
Comércio	105	2,3	92,9	8	0,2	7,1	113	1,4	100,0
Comércio fixo	102	2,2	92,7	8	0,2	7,3	110	1,3	100,0
Comércio tropa	3	0,1	100,0	0	0,0	0,0	3	0,0	100,0
Outros setores	675	14,6	35,4	1.234	33,4	64,6	1.909	22,9	100,0
Total	4.636	100,0	55,6	3.696	100,0	44,4	8.332	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 3 casos de não informação de sexo.

A composição dos comerciantes pela cor/origem variava segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões de Minas Gerais. Enquanto a participação de indivíduos brancos no comércio crescia das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo (40,1%, 51,6% e 54,0%), movimento oposto observava-se para crioulos somados a africanos, decréscimo das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo (19,8%, 11,0% e 3,6%). Essas variações ganham sentido se considerados dois fatores: 1) dado o relativo equilíbrio entre os percentuais de mestiços para todos os níveis de desenvolvimento econômico, quanto maior fosse a presença de escravos menor seria a participação de brancos na composição segundo a cor/origem; logo, o anteriormente verificado decréscimo da

participação de escravos entre comerciantes, das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo, refletia na participação de brancos na composição por cor/origem. 2) o maior vigor do pequeno comércio urbano e de estrada nas regiões com NDE alto em relação às regiões com NDE médio e baixo abria maiores oportunidades para o estabelecimento de diminutas casas de negócio, unidades comerciais acessíveis a indivíduos de poucos recursos, inclusive africanos e crioulos livres.

Tabela 9 - Distribuição da população por setor ocupacional e cor/origem, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE) - Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Branco		Crioulo		Africano		Mestiço		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Regiões NDE alto										
Agropecuária	2.377	20,4	2.309	19,8	4.294	36,9	2.604	22,4	11.640	100,0
Mineração	81	4,9	476	28,7	813	49,0	277	16,7	1.658	100,0
Atividades manuais e mecânicas	3.198	20,6	3.888	25,0	1.228	7,9	7.198	46,4	15.522	100,0
Comércio	509	40,1	124	9,8	127	10,0	507	40,0	1.269	100,0
Comércio fixo	369	46,2	56	7,0	29	3,6	343	42,9	799	100,0
Comércio tropa	140	29,8	68	14,5	98	20,9	164	34,9	470	100,0
Outros setores	850	15,2	1.690	30,2	1.293	23,1	1.734	31,0	5.592	100,0
Total	7.015	19,7	8.487	23,8	7.755	21,7	12.320	34,5	35.681	100,0
Regiões NDE médio										
Agropecuária	3.073	29,6	1.823	17,5	2.744	26,4	2.747	26,4	10.389	100,0
Mineração	35	5,1	148	21,6	456	66,7	45	6,6	684	100,0
Atividades manuais e mecânicas	3.603	33,1	1.933	17,8	745	6,8	4.596	42,2	10.883	100,0
Comércio	332	51,6	33	5,1	38	5,9	234	36,4	643	100,0
Comércio fixo	286	56,6	19	3,8	9	1,8	185	36,6	505	100,0
Comércio tropa	46	33,3	14	10,1	29	21,0	49	35,5	138	100,0
Outros setores	754	19,6	1.096	28,5	713	18,5	1.283	33,3	3.849	100,0
Total	7.797	29,5	5.033	19,0	4.696	17,8	8.905	33,7	26.448	100,0
Regiões NDE baixo										
Agropecuária	1.044	27,9	603	16,1	364	9,7	1.723	46,0	3.746	100,0
Mineração		0,0	1	100,0		0,0		0,0	1	100,0
Atividades manuais e mecânicas	861	33,6	459	17,9	111	4,3	1.114	43,5	2.563	100,0
Comércio	61	54,0	2	1,8	2	1,8	46	40,7	113	100,0
Comércio fixo	60	54,5	2	1,8	1	0,9	45	40,9	110	100,0
Comércio tropa	1	33,3		0,0	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Outros setores	406	21,3	382	20,0	76	4,0	1.031	54,0	1.909	100,0
Total	2.372	28,5	1.447	17,4	553	6,6	3.914	47,0	8.332	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 167 casos de não informação de cor/origem.

Não foram observadas distinções relevantes na estrutura etária dos comerciantes agrupados em regiões segundo o nível de desenvolvimento econômico. Constataram-se variações estaticamente pouco expressivas em relação às características gerais válidas para o setor comercial. As diferenças na estrutura etária da população total das regiões agrupadas segundo o nível de desenvolvimento econômico parece que não afetavam em grau substantivo o padrão geral da composição por grandes faixas etárias dos indivíduos em atividades mercantis de Minas Gerais. Também para a composição segundo o estado conjugal não se

verificaram distinções estatisticamente relevantes entre os comerciantes agrupados em regiões segundo o nível de desenvolvimento econômico.

Características dos domicílios dos comerciantes

Em primeiro lugar algumas definições e pressupostos. Os historiadores que utilizam listas nominativas de habitantes, como fontes para o estudo do século XIX, consideram que o primeiro indivíduo listado no fogo ou domicílio era o chefe e que os demais a ele subordinavam-se, como parentes, agregados e escravos. Essa definição raramente entra em contradição com os dados dos censos nominais oitocentistas, ao menos os de Minas Gerais. Como decorrência, convencionou-se que a ocupação do chefe era a atividade nuclear do domicílio, sendo que as demais ocupações exercidas pelos não-chefes tinham o caráter de subordinadas e associadas ou subsidiárias. Portanto, definiu-se o setor econômico central do domicílio a partir da ocupação do chefe. Considera-se também que em listas nominativas a regra é o fogo ou domicílio coincidir com a unidade de trabalho ou econômica. As exceções tendem a não ter significado estatístico suficiente para comprometer a regra.

Pouco menos de três quintos dos comerciantes chefiavam seus domicílios. Excluídos os escravos em atividades mercantis, os comerciantes chefes eram quase dois terços. Essa elevada proporção evidencia que as atividades mercantis em Minas Gerais tendiam a ocupar posição nuclear nas unidades de trabalho ou econômicas na qual se inseriam os comerciantes. O percentual de cônjuges dos chefes que também se dedicavam às atividades mercantis era bastante reduzido; apenas 3,6% dos cônjuges dos 803 chefes comerciantes casados foram listados com ocupação comercial. Verifica-se que a mulher tendia muita mais a participação independente em atividades mercantis do que subordinada aos seus cônjuges. Dos 1.170 chefes comerciantes, 133 eram mulheres, quase quatro vezes mais do que os 29 casos de cônjuges comerciantes.

Considerado o comércio nas suas expressões fixo e de tropas sobressaem importantes distinções. Excluídos os escravos em atividades mercantis, 71,9% dos negociantes chefiavam seus domicílios contra apenas 44,4% dos tropeiros. Assim, constata-se a tendência à maior independência do comércio estabelecido e a maior propensão do comércio de tropas estar subordinado a outras atividades. Conquanto fosse mais expressivo o número de tropeiros livres não chefes, foi listado um único caso de cônjuge em tropa, ou somente 0,7% dos 143 tropeiros casados, contra 4,4% dos 634 negociantes casados³¹. A itinerância, com todas suas implicações, constituía-se em poderoso fator a afastar mulheres das tropas, sobretudo aquelas

de elevada extração sócio-econômica. No caso dos filhos não se observa a interferência da natureza da atividade para o ingresso na atividade, dado que o percentual de filhos em tropa não era muito diferente do correspondente para o comércio fixo³².

Tabela 10 - Distribuição dos comerciantes segundo a posição no fogo, Minas Gerais, 1831/32.

Posição no fogo	Comércio fixo			Comércio de tropa			Comércio		
	Nº	% ▾	% ▶	Nº	% ▾	% ▶	Nº	% ▾	% ▶
Chefe	981	69,9	83,8	189	30,9	16,2	1.170	58,1	100,0
Não-chefe livre	383	27,3	61,8	237	38,8	38,2	620	30,8	100,0
Cônjuge do chefe	28	2,0	96,6	1	0,2	3,4	29	1,4	100,0
Filho do chefe	50	3,6	73,5	18	2,9	26,5	68	3,4	100,0
Outros livres	305	21,7	58,3	218	35,7	41,7	523	26,0	100,0
Escravo	40	2,8	17,8	185	30,3	82,2	225	11,2	100,0
Total	1.404	100,0	69,7	611	100,0	30,3	2.015	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. Excluídos 10 casos de não-informação da posição no fogo.

Com o objetivo de estudar as várias posições relativas do comércio nas unidades domiciliares ou de trabalho, propõe-se a seguinte tipologia:

Tipo I – Fogos com comerciante chefe, acompanhado ou não de não-chefe(s) livre(s) e/ou escravo(s) comerciante(s); comércio atividade nuclear do domicílio;

Tipo II – Fogos com não-chefe(s) livre(s) comerciante(s), acompanhado ou não de escravo(s) comerciante(s); comércio atividade subordinada e associada;

Tipo III – Fogos com escravo(s) comerciante(s); comércio atividade subsidiária;

Tipo IV – Fogos sem comerciantes.

A distribuição dos fogos com comércio reitera a avaliação geral quanto à posição relativa das atividades mercantis realizada a partir da distribuição dos comerciantes. De fato as atividades mercantis em Minas Gerais tendiam a ocupar posição nuclear nas unidades de trabalho ou econômicas. Quase três quartos dos fogos com comércio eram chefiados por comerciantes. Consideradas em separado as formas de comércio, constata-se que mais de quatro quintos dos fogos com comércio fixo eram chefiados por negociantes, contra pouco mais da metade dos fogos com comércio de tropa chefiados por tropeiros. Resta confirmada a tendência à maior independência do comércio estabelecido e a maior propensão do comércio de tropas estar subordinado a outras atividades. Nos casos em que no mesmo fogo conviviam negociantes e tropeiros o percentual de fogos chefiados por comerciantes alcançou posição intermediária, pouco mais de três quintos dos casos.

³¹ Conquanto sem apresentar evidências estatísticas, afirmou-se a relevante presença de mulheres em tropas no século XIX: “Como dado complementar, não é incomum que o tropeiro apareça acompanhado de sua mulher” (Lenharo, 1979: 95).

³² Alcir Lenharo, com base em depoimentos de Saint-Hilaire e documentação de registros, sublinhou a composição familiar de parte das tropas de propriedades agrícolas do que convencionou chamar de Sul de Minas. “De fato, os proprietários da região tinham suas próprias tropas e, em geral, faziam uso do trabalho dos seus próprios filhos. Essas empresas constituíam, portanto, uma extensão de suas bases familiares, fundamentadas no trabalho dos filhos” (Lenharo, 1979: 94/95).

Tabela 11 - Distribuição dos fogos com comércio segundo a posição dos comerciantes no domicílio, Minas Gerais, 1831/32.

Fogos com comerciante	Fogos com comércio fixo		Fogos com comércio de tropa		Fogos com comércio fixo e de tropas		Total de fogos com comerciantes	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Tipo I – chefe no comércio	953	80,3	184	52,3	33	63,5	1170	73,5
Tipo II e III – chefe em outro setor ocupacional	234	19,7	168	47,7	19	36,5	421	26,5
Total – fogos com comerciante	1.187	100,0	352	100,0	52	100,0	1591	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Estrutura da posse de escravos segundo os tipos de unidades comerciais

Somados todos os fogos com comércio (tipos I, II e III), 56,6% dos comerciantes estavam em unidades escravistas³³. Portanto, mais de 80% acima do percentual de fogos escravistas para toda a província de Minas Gerais (31,3%) ou quase o dobro da proporção para os fogos sem comerciantes (28,8%). Esses números indicam que as atividades mercantis faziam parte do núcleo dinâmico da economia mineira do século XIX. Considerados apenas os fogos chefiados por comerciantes, portanto unidades em que o comércio era a atividade central, pouco muda o percentual de domicílios escravistas (53,1%).

Embora, como foi constatado, as atividades mercantis fossem pouco empregadoras de escravos, o setor gerava renda suficiente para ponderável aquisição de cativos, o principal índice de riqueza e acumulação na primeira metade do Oitocentos. Conclui-se que ampla era a tendência de diversificação dos investimentos por parte dos comerciantes, que adquiriam escravos a serem empregados, preponderantemente, em outras atividades³⁴. Nos fogos tipo II, comércio posição subordinada e associada, o percentual de domicílios escravistas era ainda mais elevado (61,0%), reiteração do dinamismo econômico associado à atividade comercial.

A forte associação do exercício de atividades comerciais e a geração de renda para aquisição de escravos confirma-se também pela constatação de que, se por um lado, os fogos com comerciantes (tipos I, II e III) respondiam por 8,9% do total de domicílios da província, por outro, perfaziam 16,2 das unidades escravistas ou 82,0% mais.

³³ Ainda com base no mencionado universo de testamentos e inventários verificou-se, para a primeira metade do século XVIII, que eram escravistas 88,4% dos comerciantes (Furtado, 1999: 248/249). A que se considerar com cuidado a comparação com o percentual encontrado para a década de 1830 (56,6%) dada à natureza da documentação utilizada para o Dezoito, que tendia a excluir ao menos parcela dos pequenos negociantes. De qualquer forma, constata-se a longevidade da associação do comércio com escravismo.

³⁴ A associação do comércio com outras atividades, notadamente as agrícolas, foi analisada por Lenharo no estudo da produção agrícola mercantil das regiões meridionais de Minas. “Conforme foi apresentado no transcrito desta introdução, não é raro que o próprio setor mercantil ensejasse a acumulação de capitais necessários à ampliação dos negócios, como a compra de terras e o investimento na produção agrícola. No caso do povoamento de larga faixa situada entre o Sul e Minas e a Capital, comerciantes da Comarca do Rio das Mortes, particularmente de São João Del Rey, e comerciantes do Rio de Janeiro penetraram pelos dois flancos na região, convertendo-se nos seus principais proprietários. Dedicaram-se à produção de gêneros de subsistência, açúcar e, depois, o café” (Lenharo, 1979: 32).

Essa associação, direta ou indireta, de comércio e escravidão fica definitivamente comprovada quando se verifica que o número relativo de fogos chefiados por negociantes com escravos (52,6%) era maior do que o correspondente para tropeiros (50,5%). O negociante, pequeno empregador de escravos em sua atividade, tendia a mais freqüentemente possuir escravos do que o tropeiro, que utilizava regularmente força de trabalho cativa nas tropas. Mesmo quando o comércio estava subordinado ou associado a outras atividades, a proporção de domicílios escravistas era maior entre negociantes (63,4%) do que entre tropeiros (53,1%).

Os dados da tabela 12 igualmente permitem fortalecer algumas características das formas do comércio oitocentista. Em apenas 2,7% dos fogos escravistas com comércio estabelecido os cativos exerciam atividades mercantis sem supervisão e/ou coordenação direta de negociantes livres. Esse reduzido percentual pode estar influenciado pela maior não-informação de ocupação para escravos *vis-à-vis* livres nas listas nominativas do século XIX. Assim, o comércio ambulante de *escravos ao ganho*, característico dos grandes centros urbanos, pode estar subrepresentado no censo de 1831/32. Situação diversa observa-se para os cativos tropeiros. Em 19,9% dos fogos escravistas com comércio de tropas, os cativos trabalhavam, aparentemente, sem supervisão e/ou coordenação direta de tropeiros livres. Eram, provavelmente, tropilhas aos cuidados de escravos, feitorizados por cativos, e que realizavam pequenas viagens entre grandes unidades agrícolas e centros urbanos regionais³⁵.

Por último, salienta-se a elevada proporção de fogos escravistas quando no mesmo domicílio conviviam negociantes e tropeiros (84,6%). É muito provável que essas 44 unidades pertencessem a grandes proprietários agrícolas, que possuíam tropa própria e mantinham comércio estabelecido em centros urbanos de expressão regional³⁶, e/ou a elite mercantil de Minas Gerais, comerciantes que controlavam extensa rede de relações mercantis, proprietários de empórios comerciais e tropas que realizavam comércio de importação de mercadorias

³⁵ Para a segunda metade do Dezoito foram registrados casos de tropas conduzidas exclusivamente por escravos. “Os fazendeiros ou fazendeiras – estas em número reduzido – também costumavam enviar escravos ou escravas na condução de mercadorias, as quais geralmente eram rapaduras, toucinho ou subprodutos do gado vacum, sempre em pequenas quantidades, o que faz supor que viajavam sozinhos. Raramente transportavam gado e quando o faziam era uma ou duas cabeças no máximo, e geralmente levavam outras mercadorias junto” (Chaves, 1999: 115/116).

³⁶ O surgimento de unidades agrícolas com tropa própria remonta ao século XVIII. “Como vimos no primeiro capítulo, da aproximação entre estas duas atividades surgiu um novo ator social: o tropeiro/proprietário de terra. Estes agentes comerciais predominaram no mercado mineiro, a partir da segunda metade do século XVIII. (...) Os fazendeiros passaram cada vez mais a transportar e comercializar os seus produtos no mercado local com suas próprias tropas, criando uma relação mais direta com a população mineradora” (Chaves, 1999: 65/66). No Oitocentos parece ter se generalizado o controle, associado e sem intermediários, da produção, circulação e comercialização da produção agrícola, ao menos no caso dos grandes proprietários. “Merece já ser destacado o seu caráter de complementaridade descrito por Saint-Hilaire, que facultava à propriedade sul-mineira de subsistência reduzir os custos e ampliar sua rentabilidade. Isto se devia em grande parte ao fato de que as próprias famílias proprietárias convertiam-se elas mesmas em comercializadoras de sua produção através de tropas e das casas urbanas de comércio” (Lenharo, 1979: 36/37).

estrangeiras via praça da cidade do Rio de Janeiro, distribuíam importados no interior de Minas e se incumbiam também de exportações de gêneros agrícolas para o exterior da província³⁷.

Tabela 12 - Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e presença de escravos, Minas Gerais, 1831/32.

Tipos de fogo	Sem escravo			Com escravo			Total		
	Nº	% ▽	% ▸	Nº	% ▽	% ▸	Nº	% ▽	% ▸
Minas Gerais									
Tipo I – chefe	549	4,5	46,9	621	11,1	53,1	1.170	6,6	100,0
Tipo II – não-chefe livre	141	1,1	39,0	221	4,0	61,0	362	2,0	100,0
Tipo III – escravo				59	1,1	100,0	59	0,3	100,0
Tipo IV – sem comerciantes	11.573	94,4	71,2	4.688	83,9	28,8	16.261	91,1	100,0
Total	12.263	100,0	68,7	5.590	100,0	31,3	17.852	100,0	100,0
Comércio fixo									
Tipo I – chefe	452	85,1	47,4	501	76,4	52,6	953	80,3	100,0
Tipo II – não-chefe livre	79	14,9	36,6	137	20,9	63,4	216	18,2	100,0
Tipo III – escravo				18	2,7	100,0	18	1,5	100,0
Total	531	100,0	44,7	656	100,0	55,3	1.187	100,0	100,0
Comércio de tropa									
Tipo I – chefe	91	60,3	49,5	93	46,3	50,5	184	52,3	100,0
Tipo II – não-chefe livre	60	39,7	46,9	68	33,8	53,1	128	36,4	100,0
Tipo III – escravo				40	19,9	100,0	40	11,4	100,0
Total	151	100,0	42,9	201	100,0	57,1	352	100,0	100,0
Comércio fixo e de tropa									
Total	8	100,0	15,4	44	100,0	84,6	52	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A distribuição dos fogos com escravos pelas faixas da posse permite mensurar relevantes traços da vigência do trabalho compulsório em unidades com atividades mercantis de Minas Gerais. Quando o comércio era a atividade nuclear do fogo (tipo I), os pequenos plantéis respondiam por mais de três quintos das posses. Quando estava subordinado ou associado e com presença de livres na atividade (tipo II), os médios e grandes plantéis perfaziam pouco menos de dois terços das posses. Quando o comércio era atividade subsidiária e com presença exclusiva de escravos na atividade (tipo III), os grandes e muito grandes plantéis totalizavam mais de três quintos das posses³⁸. Comparadas essas distribuições com a composição provincial da propriedade de escravos, percebe-se que a distribuição dos fogos chefiados por comerciantes (tipo I) era bem próxima à distribuição de todos os fogos de Minas Gerais.

³⁷ A participação de comerciantes nas duas modalidades de comércio, fixo e de tropas, e a constituição de redes de distribuição de mercadorias importadas também não eram incomuns no século XVIII. “Apesar de alguns comerciantes, como viandantes ou tropeiros, se dedicarem, particularmente, ao comércio volante, não tinham a exclusividade sobre a atividade. Em geral, quando os grandes comerciantes abriam estabelecimentos nas áreas urbanas, também enviavam mercadorias para o interior, utilizando agentes” (Furtado, 1999: 231).

³⁸ Para o referido universo de inventários e testamentos da primeira metade do século XVIII a distribuição dos comerciantes escravistas por faixas da posse é a seguinte: até 5 escravos, 48,8%; de 6 a 20, 31,0%; de 20 a 60, 4,8%; acima de 60, 9,5% (Furtado, 1999: 248/249).

Nas unidades de trabalho ou econômicas em que o comércio fixo ocupava posição central repetia-se o padrão de largo predomínio das pequenas e médias posses (94,2%). Ao que parece, o reduzido emprego de escravos nas casas de negócio e a tendência à diversificação dos investimentos combinavam com posses menores. Era um pouco distinto o quadro para as unidades em que o comércio de tropa era a atividade nuclear. Conquanto também predominassem as pequenas e médias posses, as propriedades maiores respondiam por número relativo bem mais significativo. Os plantéis grandes e muito grandes dos fogos chefiados por tropeiros perfaziam 17,3% das posses contra apenas 5,8% para os fogos chefiados por negociantes, ou 198,3% a mais. A freqüente utilização de trabalho escravo nas tropas, principalmente as maiores, explica essa diferença.

Para os fogos em que as atividades mercantis estavam subordinadas ou associadas, com presença de livres (tipo II), a composição dos plantéis por faixas da posse dos domicílios com negociantes era semelhante a dos fogos com tropeiros. Porém, quando o comércio ocupava posição subsidiária e os únicos comerciantes do domicílio eram escravos (tipo III), a composição dos plantéis por faixas da posse dos fogos com negociantes era bem distinta a das unidades com tropeiros. Enquanto 73,7% dos domicílios com negociantes escravos possuíam pequenos e médios plantéis, 80,0% dos fogos com tropeiros escravos detinham grandes e muito grandes posses. No primeiro caso talvez predominavam domicílios em centros urbanos e os escravos negociantes trabalhassem como ambulantes para senhores rentistas. No segundo é provável que os cativos tropeiros vivessem em grandes unidades agrícolas que possuíam tropa própria.

Os plantéis das unidades econômicas em que conviviam negociantes e tropeiros apresentavam distribuição pelas faixas da posse condizente com a proposição que sugere tratar-se de grandes proprietários agrícolas ou membros da elite mercantil de Minas Gerais. Concentração nas posses médias e grandes (68,2%), a segunda menor participação relativa dos pequenos plantéis, apenas acima dos fogos tipo III do comércio de tropa, e a segunda maior proporção de muito grandes plantéis, também superada pelos fogos tipo III do comércio de tropas.

Tabela 13 - Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e dos proprietários de escravos pelas faixas da posse, Minas Gerais, 1831/32.

Tipos de fogo	Pequeno		Médio		Grande		Muito grande		Total	
	1 a 3 escravos		4 a 10 escravos		11 a 49 escravos		50 escravos e mais		Nº %	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Minas Gerais										
Tipo I – chefe	375	60,4	191	30,8	51	8,2	4	0,6	621	100,0
Tipo II – não-chefe livre	67	30,3	73	33,0	72	32,6	9	4,1	221	100,0
Tipo III – escravo	9	15,3	13	22,0	33	55,9	4	6,8	59	100,0
Tipo IV – sem comerciantes	2.518	53,7	1.484	31,7	652	13,9	34	0,7	4.688	100,0
Total	2.969	53,1	1.761	31,5	808	14,5	51	0,9	5.589	100,0
Comércio fixo										
Tipo I – chefe	314	62,7	158	31,5	28	5,6	1	0,2	501	100,0
Tipo II – não-chefe livre	42	30,7	47	34,3	46	33,6	2	1,5	137	100,0
Tipo III – escravo	6	31,6	8	42,1	4	21,1	1	5,3	19	100,0
Total	362	55,2	213	32,5	78	11,9	3	0,5	656	100,0
Comércio de tropa										
Tipo I – chefe	54	58,1	23	24,7	14	15,1	2	2,2	93	100,0
Tipo II – não-chefe livre	22	32,4	22	32,4	20	29,4	4	5,9	68	100,0
Tipo III – escravo	3	7,5	5	12,5	28	70,0	4	10,0	40	100,0
Total	79	39,3	50	24,9	62	30,8	10	5,0	201	100,0
Comércio fixo e de tropa										
Total	10	22,7	14	31,8	16	36,4	4	9,1	44	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A distribuição dos escravos pelas faixas da posse tende a ser a melhor forma de mensurar o nível de concentração da propriedade de cativos. Enquanto os 46,0% de médios e grandes senhores da província (tabela 13) detinham 74,0% de todos os cativos, os 53,1% de pequenos senhores (tabela 13) respondiam por apenas 14,4% dos escravos. Soma-se a esse quadro o restrito acesso à propriedade de cativos, em apenas 31,3% dos fogos (tabela 12) foram listados escravos, mais de dois terços dos domicílios não recorriam ao trabalho compulsório. A base sócio-econômica da escravidão em Minas Gerais fundava-se em parcela minoritária da população e a distribuição dos escravos caracterizava-se pela concentração em posses médias e grandes.

Assim como na distribuição dos proprietários, os fogos de tipo I apresentavam distribuição dos escravos pelas faixas da posse próxima ao da província, excetuadas as pequenas propriedades de cativos, por volta de 50% maior nos fogos chefiados por comerciantes.

A composição dos plantéis dos demais fogos com comerciantes, tipos II e III, caracterizava-se por posse de escravos bem mais concentrada. À reduzida presença de escravos em pequenos e médios plantéis correspondia elevada concentração nas grandes e muito grandes posses. Nos fogos tipo II os 30,3% de escravistas de menores posses (tabela 13) respondiam por apenas 4,3% dos escravos contra os 4,1% de escravistas de maiores

posses (tabela 13) que perfaziam 25,8% dos cativos. Mais de 90% dos escravos dos fogos tipo III estavam concentrados nas faixas das grandes e muito grandes posses.

Segmentado o comércio, observam-se importantes distinções entre suas formas fixo e de tropa. A posse de escravos estava muito mais concentrada nos fogos chefiados por tropeiros se comparados aos chefiados por negociantes. Enquanto os 94,2% de pequenos e médios senhores negociantes (tabela 13) possuíam 75,2% dos escravos, os 82,8% de pequenos e médios senhores tropeiros (tabela 13) detinham apenas 30,3% dos cativos. Somente 17,3% dos grandes e muito grandes escravistas tropeiros (tabela 13) respondiam por 69,6% de todos os cativos. Esses resultados reiteram as observações sobre a distribuição dos proprietários pelas faixas da posse. Negociantes raramente adquiriam escravos para o trabalho no comércio, compravam escravos como forma de diversificação dos investimentos e os alocavam em outras atividades. Tropeiros, especialmente os proprietários de grandes tropas, tinham necessidade, regular, de adquirir escravos; provavelmente concentravam seus investimentos em animais de tropa e força de trabalho.

Assim como na distribuição dos escravistas pelas faixas da posse, a composição dos escravos pelos tamanhos de plantéis dos fogos em que as atividades mercantis estavam subordinadas e associadas, com presença de livres (tipo II), era semelhante entre unidades com negociantes e fogos com tropeiros. Para os fogos tipo III, comércio atividade subsidiária e todos comerciantes escravos, também permanece a diferença observada na distribuição dos escravistas pelas faixas da posse, ou seja, maior concentração de escravos nas terceiras e quartas faixas para os fogos com tropeiros cativos do que para os fogos com escravos negociantes.

A hipótese de que os fogos com convivência de negociantes e tropeiros faziam parte das grandes propriedades agrícolas e elite mercantil de Minas Gerais é fortalecida pela distribuição dos escravos pelas faixas da posse. Para essas unidades foram observadas a mais elevada proporção de cativos na última faixa (41,6%) e a maior concentração da posse.

As médias totais de escravos por fogo reafirmam as considerações até aqui desenvolvidas. A média de escravos por domicílio chefiado por comerciantes (5,0)³⁹ estava próxima da média provincial (6,3). As médias dos fogos tipos II e III (13,1 e 19,9) eram muito mais altas e resultantes da maior participação relativa de grandes unidades escravistas agrícolas. Nesses tipos II e III era mais freqüente a típica fazenda mineira, com pauta produtiva diversificada, tropa própria e estabelecimento comercial na sede rural e/ou em estradas próximas, ou ainda em centros urbanos de expressão regional.

³⁹ Em 1804, para dois distritos da região Mineradora Central foram apuradas médias de escravos por comerciante bem menores do que a média geral para os chefes comerciantes de 1831/32. Em São Caetano, distrito de Mariana, eram 3,9 escravos por comerciante, em Vila Rica 2,9 (Luna, 1982: 42).

Todos os tipos do comércio fixo apresentavam menor média de escravos frente os tipos do comércio de tropas. De acordo com o comentado anteriormente, as médias dos tipos I e III tendiam a maior divergência em face das médias do tipo II. A média de escravos nos fogos chefiados por tropeiros era 100% maior do que a dos domicílios chefiados por negociantes, assim como a média de cativos em fogos com tropeiros exclusivamente escravos superava em mais de 150% a dos domicílios com negociantes unicamente cativos. A regular utilização de escravos como tropeiros e a maior frequência de tropas em grandes unidades agrícolas escravistas são as razões fundamentais a explicar as acentuadas diferenças. A média de escravos nos fogos com tropeiros livres não-chefes era menos de 30% superior a dos correspondentes fogos com negociantes livres não-chefes. A média de escravos nos fogos com negociantes e tropeiros (18,3) superava largamente a média geral dos fogos com apenas tropeiros ou, principalmente, negociantes.

Tabela 14 - Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e dos escravos pelas faixas da posse, Minas Gerais, 1831/32.

Tipos de fogo	Pequeno 1 a 3 escravos		Médio 4 a 10 escravos		Grande 11 a 49 escravos		Muito grande 50 escravos e mais		Total Nº	Média de escravos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Minas Gerais											
Tipo I – chefe	676	21,8	1.129	36,5	848	27,4	444	14,3	3.097	100,0	5,0
Tipo II – não-chefe livre	123	4,3	497	17,2	1.527	52,8	745	25,8	2.892	100,0	13,1
Tipo III – escravo	19	1,5	90	7,2	829	66,1	317	25,3	1.255	100,0	19,1
Tipo IV – sem comerciantes	4.396	15,2	9.329	32,3	12.462	43,1	2.705	9,4	28.892	100,0	6,0
Total	5.214	14,4	11.045	30,6	15.666	43,4	4.211	11,7	36.136	100,0	6,3
Comércio fixo											
Tipo I – chefe	563	28,1	945	47,1	428	21,3	71	3,5	2.007	100,0	4,0
Tipo II – não-chefe livre	82	5,4	313	20,7	930	61,6	184	12,2	1.509	100,0	11,0
Tipo III – escravo	12	4,9	50	20,5	107	43,9	75	30,7	244	100,0	9,4
Total	657	17,5	1.308	34,8	1.465	39,0	330	8,8	3.760	100,0	5,0
Comércio de tropa											
Tipo I – chefe	97	13,0	129	17,3	238	32,0	280	37,6	744	100,0	8,0
Tipo II – não-chefe livre	34	3,6	160	16,8	440	46,2	318	33,4	952	100,0	14,0
Tipo III – escravo	7	0,7	40	4,1	692	70,5	242	24,7	981	100,0	24,4
Total	138	5,2	329	12,3	1.370	51,2	840	31,4	2.677	100,0	13,3
Comércio fixo e de tropa											
Total	23	2,9	79	9,8	369	45,7	336	41,6	807	100,0	18,3

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Estrutura ocupacional segundo os tipos de unidades comerciais

A leitura da tabela referente à estrutura ocupacional assenta-se no pressuposto de que a distribuição dos indivíduos pelos setores e grupos ocupacionais indicia a posição relativa das atividades econômicas no fogo. Quanto maior o percentual de indivíduos em uma atividade maior era sua importância na unidade de trabalho ou econômica. A ocupação do chefe do fogo

define a atividade nuclear do domicílio e as ocupações dos demais indivíduos informam sobre as atividades subordinadas e associadas ou subsidiárias.

Nos fogos chefiados por comerciantes, tipo I, as atividades mercantis ocupavam 29,7% dos indivíduos, contra 12,1% para os fogos com livres não-chefes no comércio, tipo II, e 8,0% para os fogos com comerciantes exclusivamente escravos, tipo III. Enquanto nos fogos em que o comércio era atividade nuclear os negociantes respondiam por percentual mais de duas vezes superior ao dos tropeiros (22,8% para 6,9%), nos fogos em que as atividades mercantis estavam subordinadas e associadas havia relativo equilíbrio entre a presença de negociantes e tropeiros (6,8% e 5,4%) e nos fogos em que o comércio era atividade subsidiária a relação invertia-se, duas vezes mais tropeiros do que negociantes (6,0% e 2,0%). Assim, nos fogos tipo I predominava o comércio estabelecido, nos fogos tipo II havia equilíbrio entre as duas formas e nos fogos tipo III preponderava o comércio de tropas.

Quando o comércio era a atividade central do fogo, tipo I, quatro setores respondiam pela ocupação de quase 90% dos indivíduos: atividades manuais e mecânicas (32,8%)⁴⁰, comércio (29,7%), agropecuária (16,5%) e serviço doméstico (10,5%).

Embora as atividades manuais e mecânicas apresentassem participação relativa bem inferior a dos fogos sem comerciantes (42,4%), considerados apenas os não-chefes empregados no setor o quadro era diverso, com mais artífices nos fogos tipo I (64,9%) *vis-à-vis* os fogos tipo IV (62,5%). Conquanto nos fogos chefiados por comerciantes a fiação e tecelagem ocupassem a maior parte dos indivíduos em atividades artesanais (34,9%), destacavam-se os artífices em couros (1,7%) e, sobretudo, tecidos (25,9%). Para esses grupos, que se caracterizavam pelo predomínio do exercício urbano dos ofícios (Godoy, 2000), os percentuais eram superiores aos correspondentes para os tipos II e III e, no caso dos artífices em tecidos, também superavam o tipo IV.

A pequena participação relativa da agropecuária, que não alcançava a metade do percentual correspondente para os fogos sem comerciantes (38,6%), estava relacionada com a mencionada larga predominância de indivíduos no comércio fixo em face do de tropas para os fogos em que as atividades mercantis eram centrais.

A hegemonia do comércio estabelecido, quando as atividades mercantis eram nucleares, determinava a maior concentração dos fogos em espaços urbanos e elevava consideravelmente a proporção de indivíduos em serviços domésticos. Nos fogos tipo I a participação relativa desse setor (10,5%) era quase o dobro da corresponde para os fogos tipo

⁴⁰ Somados os dados de todos os tipos de fogo, com e sem comerciantes, a fiação e tecelagem e os trabalhos em tecidos perfaziam 87,8% dos artífices. Destes eram mulheres mais de 95% (Godoy, 2000). Além do emprego quase exclusivo de mulheres, a produção de fios e tecidos e os trabalhos de costura e renda caracterizavam-se pelo exercício doméstico e organização artesanal do trabalho (Libby, 1988: 186/214). Os alfaiates, que faziam parte do grupo ocupacional artífices em tecidos, somavam pouco mais de 15%.

IV (5,4%). A vigência de cultura material mais complexa e sofisticada nos centros urbanos implicava na maior necessidade de trabalhadores especializados em tarefas domésticas. A reduzida importância da mineração nos fogos tipo I também parece vincular-se à localização espacial eminentemente urbana. No século XIX, a extração mineral tinha perdido o caráter de atividade urbana, tendendo a concentrar-se nos espaços suburbano, onde predominava a fiação individual, e rural, onde se realizavam extrações coletivas.

O assalariamento era muito mais comum nos fogos em que o comércio ocupava posição central (3,6%) do que nos domicílios em que as atividades mercantis estavam subordinadas e associadas (1,7%) ou eram subsidiárias (1,1%). O trabalho a jornal, que tendia a ser eventual e irregular (Libby, 1988: 92/96), era fenômeno muito mais urbano do que rural (Rodarte, 1999: 96). Como no censo de 1831/32 raramente foi informado o setor em que trabalhavam os *jornaleiros*, resta saber se os assalariados dos fogos tipo I estavam empregados no comércio e viviam agregados aos domicílios em que trabalhavam, ou se exerciam outras atividades fora do fogo que habitavam.

Situação oposta observa-se com relação aos transportes realizados em carros-de-boi, muito mais freqüentes no espaço rural, ainda que importantes na circulação de produtos agrícolas para o abastecimento de centros urbanos. Assim, observa-se a reduzida participação relativa para os fogos tipo I (0,3%) frente os de tipo II (1,1%) e, especialmente, tipo III (2,4%). Cabe indagar quais as relações entre a circulação em carros, sob a responsabilidade dos *carreiros*, e a circulação em tropas.

O percentual de desocupados nos fogos com comerciantes (0,7%, 0,9% e 0,8%) eram mais baixos do que o correspondente para os fogos sem comerciantes (1,2%). Para os fogos centrados em atividades mercantis, tipo I, foi registrado o nível mais baixo de desocupação. A verificada tendência em diversificar investimentos e a convivência do comércio com outras atividades talvez fosse fator decisivo na redução da participação dos desocupados, consequência do maior leque de oportunidades de trabalho para indivíduos normalmente inativos.

O setor educação, composto fundamentalmente por estudantes, era muito mais expressivo nos fogos com comerciantes livres (2,4% e 1,9%) se comparados com os domicílios com apenas escravos em atividades mercantis (1,0%) e sem comerciantes (1,0%). A concentração das famílias dos comerciantes em espaços urbanos facilitava o acesso a estabelecimentos de ensino públicos, assim como a contratação de professores particulares. Além disso, as atividades mercantis pressupunham o desenvolvimento de habilidades mínimas

para a leitura e operações matemáticas⁴¹. Como foi observado, era traço característico do comércio estabelecido a iniciação profissional relativamente mais tarde, provável decorrência da necessidade de prévia aquisição de formação escolar básica.

Quando o comércio era atividade subordinada e associada, tipo II, três setores respondiam pela ocupação de pouco menos de 80% dos indivíduos do fogo: atividades manuais e mecânicas (35,6%), agropecuária (30,1%) e comércio (12,1%). Como no caso dos fogos chefiados por comerciantes, as atividades manuais e mecânicas apresentavam participação inferior aos domicílios sem indivíduos no comércio. O relativo equilíbrio entre as formas comércio fixo e de tropas explica a maior importância da agropecuária e confirma a significativa incidência dos fogos tipo II em espaços rurais. As atividades comerciais apresentavam posição relativa bem menos significativa frente à dos fogos tipo I e, muito provavelmente, eram exercidas de forma dependente das atividades agrícolas. A localização rural de parte significativa desses fogos reduzia a expressão dos trabalhadores em serviços domésticos (5,9%) e ampliava a participação dos mineradores (3,4%).

Nos fogos em que o comércio ocupava posição subsidiária, tipo III, a estrutura ocupacional apresentava-se concentrada em cinco setores, que juntos respondiam por mais de 90% dos indivíduos: agropecuária (38,8%), atividades manuais e mecânicas (27,4%), mineração (9,4%), serviço doméstico (8,5%) e comércio (8,0%)⁴². Nesses fogos as atividades agrícolas alcançavam a maior participação, superando, inclusive, os fogos sem comerciantes. O comércio ocupava clara posição subsidiária. Dos escravos em atividades mercantis três quartos eram tropeiros. Da diversificação produtiva, típica da grande fazenda mineira oitocentista, resultava a redução da participação das atividades manuais e mecânicas, a menor dentre todos os tipos, a significativa proporção de ocupados na mineração, quase três vezes maior do que nos fogos sem comerciantes e do tipo II, e significativo número de trabalhadores especializados em atividades domésticas, que só teriam expressão no mundo rural em se tratando da elite agrária da província.

O exame das ocupações dos chefes de fogo realça as distintas configurações dos domicílios com comerciantes. Nos fogos tipo II, comércio atividade subordinada e associada, mais de três quartos dos chefes estavam na agropecuária (38,3%) e em atividades manuais e

⁴¹ Adotada como índice de alfabetização para os comerciantes do século XVIII a capacidade de assinar constatou-se: “Por causa da importância da palavra escrita para a condução do comércio, o índice de alfabetização entre os homens de negócio era bastante alto, o que não era comum na sociedade colonial” (Furtado, 1999: 109).

⁴² Na segunda metade do século XVIII, na comarca do Serro Frio, parece ter prevalecido entre grandes proprietários rurais padrão de associação da agropecuária com outras atividades, inclusive o comércio. “As especificidades da região de que falo, me remetem a considerar alguns fatores básicos indicados pelas fontes trabalhadas e que nos revelam uma produção de alimentos diversificada e vigorosa. O primeiro desses fatores é o caráter misto da produção econômica geral. Proprietários de terras e escravos, em sua maioria, tinham várias atividades econômicas como fontes complementares de suas rendas. Essas atividades se associavam em diversas composições, mas geralmente, agricultura, mineração e comércio eram as principais. Os ofícios artesanais, tinham, igualmente, grande importância e, na Demarcação Diamantina, se destacava o aluguel de mão-de-obra escrava para a Real Extração de Diamantes – o monopólio régio de exploração desse mineral” (Meneses, 2000: 136).

mecânicas (37,4%). Quando as atividades agrícolas eram centrais é provável que predominasse o comércio de tropas, empresa de transportes e/ou orientada para a circulação da produção agrícola da própria unidade⁴³. Sob o predomínio das atividades manuais e mecânicas talvez fosse majoritário o comércio estabelecido urbano, atividade associada aos trabalhos dos artífices. Assim, propõe-se que nos fogos tipo II conviviam, não exclusivamente, dois padrões de unidades de trabalho com estrutura ocupacional diversificada: em grandes unidades agrícolas escravistas o comércio subordinava-se à centralidade da agropecuária, em pequenos fogos urbanos escravistas e não-escravistas o comércio associava-se a outras atividades, notadamente o artesanato, na composição da renda familiar.

Nos fogos em que o comércio era atividade subsidiária, tipo III, mais da metade dos chefes estava na agropecuária (54,4%). O percentual de chefes em atividades manuais e mecânicas (14,0%) não chegava à metade do correspondente para os fogos tipo II. Nesse caso predominava o comércio de tropas, meio para as exportações das grandes unidades agrícolas de Minas Gerais, sobretudo fluxos intra e interregionais.

A estrutura ocupacional dos indivíduos não-chefes revela outras características dos fogos com comerciantes. Nas unidades em que o comércio era atividade nuclear, a presença de livres não-chefes em atividades mercantis era relativamente pequena (11,0%). Para cada 100 chefes comerciantes correspondiam, em média, 16 comerciantes livres não-chefes. Por outro lado, as atividades manuais e mecânicas ocupavam dilatado número relativo de livres não-chefes (64,9%), quase que um artífice para cada chefe comerciante. Esses dados sugerem o predomínio de estabelecimentos comerciais de pequeno porte, com um único negociante, ou de tropas diminutas, poucas mulas para um único tropeiro⁴⁴. Parece que era comum os trabalhos têxteis domésticos, desenvolvidos por mulheres, combinarem-se com atividades mercantis, desempenhadas por homens, na geração da renda das famílias de pequenos comerciantes.

Nos fogos tipo II, comércio atividade subordinada e associada, era distinta a estrutura ocupacional dos livres não-chefes. Embora as atividades manuais e mecânicas também

⁴³ Na circulação interna de mercadorias em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, as tropas cumpriam a função de escoamento da produção das grandes unidades agrícolas. “O fazendeiro e dono das mercadorias raramente fazia ele próprio estas viagens e nem sempre mandava um mesmo encarregado, pois temos, entre os principais fazendeiros, referências as diversos encarregados saindo de uma mesma fazenda em viagens distintas. Estes homens eram brancos ou pardos – nunca aparecia referência a um negro forro como encarregado” (Chaves, 1999: 115).

⁴⁴ Estas pequenas tropas eram utilizadas na circulação vicinal, realizada pelo próprio produtor. O pequeno comércio de gêneros básicos de abastecimento também foi observado para o século XVIII. “Estas mercadorias, quando não caíam em mãos de atravessadores, eram comercializadas pelos próprios roceiros ou sitiantes, os quais empreendiam pequenas viagens até a vila ou arraial mais próximo. Sobre estas mercadorias, varejadas nas ruas e praças pelos próprios produtores, não incidia nenhum imposto” (Chaves, 1999: 94). Estudo de legislação referente ao abastecimento das cidades mineradoras no século XVIII evidenciou a importância do produtor rural que transportava, por conta própria, mercadorias de sua produção agrícola e vendia, sem intermediários, nos centros urbanos. “Uma outra estratégia utilizada pelas autoridades para atrair os pequenos produtores de alimentos foi a de, em determinados momentos, permitir uma liberalização relativa do mercado de gêneros alimentícios básicos. Relativa, porque privilegiava apenas os roceiros que vendiam diretamente sua produção e seus condutores de mantimentos – mantendo de fora os comissários –, e apenas dentro dos limites dos centros urbanos localizados nas proximidades das roças. Tal medida dificultava a ação dos atravessadores e estimulava a dinâmica do mercado em nível

respondessem pela ocupação da maior parte dos livres não-chefes (44,9%), o comércio apresentava percentual bastante expressivo (29,3%). Conquanto a agropecuária fosse central na maior parte dessas unidades, apenas pequeno número relativo de livres não-chefes estava no setor (10,6%). Essas evidências reiteram a associação do comércio com a agropecuária nos fogos tipo II.

Quando apenas escravos empregavam-se em atividades mercantis, tipo III, as atividades manuais e mecânicas alcançavam maior projeção entre os livres não-chefes (56,9%), assim como a agropecuária (15,5%). Dada a maior frequência de unidades escravistas, bem como médias acentuadamente mais elevadas de escravos por proprietário (tabelas 12 e 14) nos fogos tipo II e III em face dos tipo I, conjectura-se sobre distinta natureza dos trabalhos têxteis desempenhados por livres não-chefes quando o comércio não era atividade central, notadamente a contribuição para a renda das unidades econômicas.

A distribuição dos escravos pelos setores permite aferir o grau de especialização das unidades econômicas e o nível de diversificação dos investimentos. Independente da posição do comércio no fogo, a maior parte dos cativos era empregada na agropecuária⁴⁵. Entre os tipos I, II e III eram pequenas as diferenças nas proporções de escravos em atividades agrícolas (35,3%, 42,9% e 40,8%). Mesmo quando o comércio era atividade nuclear, mais de um terço dos cativos estavam ocupados na agropecuária. Nesse caso, na base dessa opção de investimento talvez estivesse à busca de segurança ante as incertezas e flutuações inerentes à atividade comercial, sujeita que estava a oscilações conjunturais e, concomitantemente, forma de assegurar prestígio social e político, historicamente vinculado à posse da terra e dissociado do exercício de atividades mercantis⁴⁶. Também deve se considerar que o vigor da agropecuária, especialmente quando associada ao grande comércio,

local, pois muitos roceiros achavam mais interessante conduzirem eles próprios sua produção aos centros urbanos do que vendê-la aos comissários e atravessadores" (Silva, 2000: 109/110).

⁴⁵ O padrão de investimento dos grandes comerciantes de São João del-Rei não inclinava-se para as atividades agrícolas. "Do quadro acima podemos tirar algumas conclusões. A primeira é a de que o grande negociante pode ser também um fazendeiro, pelo menos 12 deles eram proprietários de imóveis rurais. Em contrapartida, o investimento de capitais nas atividades produtivas (terras, lavouras, animais e escravos) era inferior ao esterilizado em imóveis urbanos, apólices ou dívidas ativas. Resulta disso, que os negociantes de grosso trato não eram grandes fazendeiros e nem aplicaram a maior parte de seus capitais nas atividades do campo ou em escravos" (Alencastro, 1998: 104). Resta dimensionar em que medida o grande comerciante sanjoanense era exemplar do grande comerciante mineiro do século XIX.

⁴⁶ Em Minas Gerais, no século XVIII, às atividades mercantis estava associada imagem negativa decorrente do suposto envolvimento de comerciantes com o contrabando, prática de preços extorsivos, especulação com gêneros de abastecimento e detenção de privilégios fiscais (Zemella, 1990: 166/167). A diversificação dos investimentos, sobretudo na mineração e agropecuária, constituía-se em meio de que se valiam os comerciantes na busca de outra inserção social. "Cinquenta e oito (61,1%) comerciantes deixaram em seu legado bens de raiz, como ranchos, fazendas, lojas, casas de moradas, lavras minerais e escravos. Desta forma, diversificavam seus investimentos e partilhavam dos valores que identificavam a elite proprietária colonial" (Furtado, 1999: 246). No Dezenove persistiu o intento dos comerciantes de, em sendo possível, se desvincularem do mundo das atividades mercantis. "Dá-se aqui, em especial no nível da identificação social, o mascaramento dessa categoria 'menor' – o tropeiro – escamoteada pela categoria proprietário rural. Interessante notar que os políticos representantes do setor abastecedor, quando em etapa de ascensão social e política, apresentavam-se apenas como proprietários, geralmente escudados também por títulos acadêmicos ou eclesiais. O tropeiro e comerciante, que muitos eram ou tinham sido, por ser tomado como categoria social menos nobre, passavam, sub-repticiamente, nos registros da memória histórica, para o ocultamento" (Lenharo, 1979: 32).

pode indiciar a origem econômica do comerciante, à atividade que lhe permitiu acumulação prévia para o ingresso no setor mercantil.

Outro traço comum aos fogos escravistas com comerciantes era o emprego de cativos na mineração. Quanto mais urbano os domicílios, tipo I, menor o percentual de escravos na extração mineral (3,9%); quanto mais estruturados na exploração agrária, tipo III, maior a proporção de cativos mineradores (10,7%). Embora os dados não informem sobre a natureza dessas atividades extrativas, pode-se conjecturar que no caso dos fogos centrados no comércio, com maior concentração em espaços urbanos, a tendência era do emprego de escravos em pequenas faiscações nos subúrbios das cidades; ao passo que no caso dos fogos em que o comércio era atividade subordinada e associada ou subsidiária, com elevada incidência em espaços rurais, maior era a propensão de explorações coletivas e com técnicas extrativas mais complexas.

Havia relativo equilíbrio no percentual de escravos artífices dos fogos com atividade comercial (25,2%, 28,5% e 24,4%). Para todos os três tipos o emprego de cativos em atividades manuais e mecânicas só era percentualmente superado pelo ocupado na agropecuária. Dessa forma, parece certo que os artífices dessas unidades, ainda que envolvidos em atividades subsidiárias e voltadas para o autoprovimento de necessidades internas aos domicílios, também participavam ativamente na geração de renda. A fabricação de tecidos e vestuário absorvia a grande maioria dos escravos do setor para todos os tipos de fogos com comércio. Assim, é razoável supor que parcela significativa da grande quantidade de fios, tecidos e indumentária produzida em Minas Gerais (Libby, 1988: 186/214) e, em parte exportada (Martins e Martins, 1984: 117), originasse de unidades econômicas com atividades mercantis. Da comparação dos percentuais para os grupos, segundo a matéria-prima empregada, dos fogos com comércio frente aos sem comerciantes, sobressaem-se os percentuais referentes aos artífices em metais, couros e tecidos. Para os três grupos ocupacionais os fogos tipo I apresentavam maior participação relativa *vis-à-vis* os tipos II e III. A predominância do exercício urbano dos ofícios que compunham esses grupos (Godoy, 2000) explica a maior concentração nos fogos centrados no comércio.

Da reduzida presença de escravos comerciantes (5,1%) nos fogos em que o comércio era atividade nuclear resultava relação em que para cada 100 chefes comerciantes correspondiam, em média, nove cativos comerciantes. Portanto, menor do que a média observada para os livres não-chefes. Reafirma-se a tendência geral do exercício individual do comércio. Considerados em separado os subsectores comércio fixo e de tropa, constata-se que o trabalho solitário de negociantes era muito mais comum do que o de tropeiros. Para cada 100 chefes negociantes correspondiam, em média, 13 comerciantes livres não-chefes e 2 escravos.

Para cada 100 chefes tropeiros correspondiam, em média, 32 comerciantes livres não-chefes e 48 escravos.

Nos fogos em que o comércio ocupava posição subordinada e associada era reduzidíssima à participação de escravos comerciantes (1,7%). Os tropeiros e, sobretudo, negociantes livres dos fogos tipo II raramente ombreavam com escravos na mesma atividade. Nos fogos do tipo III a participação de escravos em atividades mercantis alcançava o maior percentual (9,6%). Nessas grandes unidades agrícolas o comércio, sobretudo de tropas, perfazia significativa parcela da força de trabalho cativa.

Em todos os tipos de fogos com comerciantes era considerável o número relativo de escravos em serviços domésticos. Contudo, nas unidades em que o comércio era atividade nuclear os cativos no setor (22,4%) eram mais do que o dobro frente os demais fogos com comerciantes (9,7% e 9,6%). Como salientado, a localização em centros urbanos maiores de grande parte dos fogos centrados em atividades mercantis e o correlato usufruto de padrão de consumo mais sofisticado ampliava a necessidade de trabalhadores para afazeres domésticos. Conclui-se que os comerciantes urbanos de Minas Gerais tinham por hábito realizar consideráveis investimentos em escravos domésticos, provavelmente com o intuito de tornar a existência material relativamente mais confortável frente o padrão dominante nos espaços rurais.

A observação de que o assalariamento era mais comum nos fogos centrados no comércio também se aplicava aos escravos. Os cativos submetidos a alguma modalidade de trabalho remunerado dos fogos tipo I (4,6%) superavam largamente os dos fogos tipos II e III (0,6% e 1,0%). Eram escravos que realizavam trabalhos fora de seu domicílio e recebiam diárias ou cativos alugados, por prazos mais longos, e que viviam e trabalhavam no fogo de quem os alugava. Em ambos os casos o beneficiário da renda gerada era o escravista rentista. A prática de alugar escravos, comum em alguns setores da economia mineira do século XIX (Libby, 1988: 92/96), parece que também era habitual entre os comerciantes. Permanece a dúvida se esses comerciantes eram locadores ou locatários.

Tabela 15 - Distribuição da população por setor ocupacional, posição no domicílio e tipo de fogo com comerciante, Minas Gerais, 1831/32.

Setor ocupacional	Posição no domicílio															
	Chefe de fogo				Livre não-chefe				Escravo				Total*			
	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV
Agropecuária		132 38,3%	31 54,4%	8.166 51,6%	80 4,7%	157 10,6%	18 15,5%	5.185 20,8%	731 35,3%	874 42,9%	363 40,8%	9.720 51,1%	811 16,5%	1.163 30,1%	412 38,8%	23...
Mineração		13 3,8%	3 5,3%	386 2,4%	11 0,7%	10 0,7%	2 1,7%	301 1,2%	81 3,9%	107 5,3%	95 10,7%	1.334 7,0%	92 1,9%	130 3,4%	100 9,4%	2...
Atividades manuais e mecânicas		129 37,4%	8 14,0%	5.060 32,0%	1.094 64,9%	666 44,9%	66 56,9%	15.558 62,5%	522 25,2%	581 28,5%	217 24,4%	4.846 25,5%	1.616 32,8%	1.376 35,6%	291 27,4%	25...
Artífices em madeira		7 2,0%	1 1,8%	552 3,5%	13 0,8%	16 1,1%	2 1,7%	224 0,9%	9 0,4%	22 1,1%	11 1,2%	128 0,7%	22 0,4%	45 1,2%	14 1,3%	1...
Artífices em metais		10 2,9%		455 2,9%	15 0,9%	15 1,0%	6 5,2%	277 1,1%	24 1,2%	23 1,1%	10 1,1%	167 0,9%	39 0,8%	48 1,2%	16 1,5%	1...
Artífices em couros		5 1,4%	2 3,5%	416 2,6%	29 1,7%	13 0,9%	1 0,9%	310 1,2%	34 1,6%	18 0,9%	8 0,9%	109 0,6%	63 1,3%	36 0,9%	11 1,0%	1...
Artífices em tecidos		38 11,0%	3 5,3%	918 5,8%	436 25,9%	255 17,2%	44 37,9%	3.599 14,5%	135 6,5%	104 5,1%	43 4,8%	567 3,0%	571 11,6%	397 10,3%	90 8,5%	5...
Fiação e tecelagem		65 18,8%	2 3,5%	2.460 15,5%	588 34,9%	354 23,9%	13 11,2%	10.967 44,0%	304 14,7%	401 19,7%	142 16,0%	3.801 20,0%	892 18,1%	820 21,2%	157 14,8%	17...
Outros Artífices		4 1,2%		259 1,6%	13 0,8%	13 0,9%		181 0,7%	16 0,8%	13 0,6%	3 0,3%	74 0,4%	29 0,6%	30 0,8%	3 0,3%	0...
Comércio	1.170 100,0%				185 11,0%	435 29,3%			106 5,1%	34 1,7%	85 9,6%		1.461 29,7%	469 12,1%	85 8,0%	
Comércio fixo	981 83,8%				124 7,4%	259 17,5%			16 0,8%	3 0,1%	21 2,4%		1.121 22,8%	262 6,8%	21 2,0%	
Comércio tropa	189 16,2%				61 3,6%	176 11,9%			90 4,4%	31 1,5%	64 7,2%		340 6,9%	207 5,4%	64 6,0%	
Serviço doméstico		3 0,9%	1 1,8%	114 0,7%	55 3,3%	26 1,8%	4 3,4%	715 2,9%	463 22,4%	198 9,7%	85 9,6%	2.270 11,9%	519 10,5%	228 5,9%	90 8,5%	3...
Assalariados		11 3,2%	1 1,8%	1.001 6,3%	80 4,7%	42 2,8%	2 1,7%	1.488 6,0%	95 4,6%	13 0,6%	9 1,0%	225 1,2%	175 3,6%	66 1,7%	12 1,1%	2...
Educação		1 0,3%		22 0,1%	119 7,1%	71 4,8%	11 9,5%	567 2,3%				3 0,0%	119 2,4%	72 1,9%	11 1,0%	1...
Transportes		3 0,9%		105 0,7%	2 0,1%	13 0,9%		106 0,4%	13 0,6%	27 1,3%	25 2,8%	158 0,8%	15 0,3%	43 1,1%	25 2,4%	0...
Outros setores		48 13,9%	13 22,8%	780 4,9%	31 1,8%	45 3,0%	8 6,9%	502 2,0%	53 2,6%	191 9,4%	6 0,7%	410 2,2%	84 1,7%	284 7,3%	27 2,5%	2...
Desocupados		5 1,4%		199 1,3%	29 1,7%	19 1,3%	5 4,3%	475 1,9%	4 0,2%	12 0,6%	4 0,4%	53 0,3%	33 0,7%	36 0,9%	9 0,8%	1...
Total	1.170 100,0%	345 100,0%	57 100,0%	15.833 100,0%	1.686 100,0%	1.484 100,0%	116 100,0%	24.897 100,0%	2.068 100,0%	2.037 100,0%	889 100,0%	19.019 100,0%	4.925 100,0%	3.867 100,0%	1.062 100,0%	60...

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. * Inclui 815 casos de não informação da variável posição no fogo.

Síntese dos resultados

Aferiu-se a posição relativa da população em atividades comerciais. Foram traçadas as características sócio-demográficas dos comerciantes, no geral, e de negociantes e tropeiros, em particular. Dentre os variados elementos que conferiam identidade ao comércio em relação aos outros setores ocupacionais, foram destacadas as características da participação feminina em atividades mercantis, o nível de associação entre comércio e escravismo, a formação e maturidade profissional, as perspectivas sócio-econômicas de acesso à atividade comercial e as relações entre ciclo vital, formação profissional e acumulação de capital para ingresso em atividades mercantis.

Dimensionou-se a posição relativa da população em atividades comerciais segundo o desenvolvimento regional. Perscrutaram-se as características dos agentes mercantis segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões. Estabeleceu-se associação entre desenvolvimento regional e as características das atividades comerciais.

Adentrou-se no domicílio, nas unidades econômicas com comerciantes. Foram coligidos novos dados a conferir identidade ao comércio frente os demais setores ocupacionais. Nunca se descurou das especificidades das esferas do comércio, circulação e comercialização. Foram segmentados os fogos segundo a posição relativa das atividades comerciais. Estudou-se a posse de escravos, índice de acumulação mercantil, e o nível de associação entre comércio e escravismo. Examinou-se a estrutura ocupacional, especialmente a posição relativa das atividades mercantis na unidade econômica e as características da associação do comércio com outras atividades econômicas.

Bibliografia

- BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- COSTA, Iraci Del Nero e LUNA, Francisco Vidal. "Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX". Em: *Minas colonial: economia e sociedade*, pp. 57 a 77. São Paulo: FIPE e Pioneira, 1982.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edumb, 1993.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GODOY, Marcelo Magalhães. *A informação de ocupação nos censos nominais da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003. Relatório de Pesquisa.
- GODOY, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço, uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". *Texto para discussão n.º.109*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.

- GODOY, Marcelo Magalhães. “Uma província artesã: o universo social, econômico e demográfico dos artífices da Minas do Oitocentos”. *Anais do XII Encontro Nacional da ABEP* (cd-rom). Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. Tese de doutorado.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LUNA, Francisco Vidal. “Estrutura da posse de escravos”. Em: *Minas colonial: economia e sociedade*, pp. 31 a 55. São Paulo: FIFE e Pioneira, 1982.
- MARTINS, Roberto B. e MARTINS, Maria do Carmo Salazar. “As exportações de Minas Gerais no século XIX”. Em: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 58. Belo Horizonte: UFMG, 1984.
- MARTINS, Roberto Borges. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. *Texto para discussão Nº.10*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.
- MENESES, José Newton Coelho. “Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio, século XVIII”. *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira*, pp. 123 a 146. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.
- PAIVA, Clotilde A. e GODOY, Marcelo M. “Território de Contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX”. Em: *História e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. Tese de doutorado.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *A Pertinácia das Minas que não se esgotaram*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. Dissertação de Mestrado.
- RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O setor exportador e comércio em Minas Gerais, pelos viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1995. Monografia de bacharelado.
- SILVA, Flávio Marcus da. “Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII”. *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira*, pp. 95 a 121. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.
- SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. *Cadernos IFCH Nº.17*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1985.
- WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1990.